

Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | André Musskopf: Cristão e homossexual? Um desafio

PÁGINA 09 | James Alison: O amor homossexual. Um olhar teológico-pastoral

PÁGINA 12 | Antônio Trasferetti: Modernizar o catolicismo com amor ao próximo e solidariedade

PÁGINA 14 | Darío García: “Uma legitimação da relação civil constitui um direito humano no desenho das políticas para a construção de novas cidadanias”

PÁGINA 16 | Erik Borgman: A homossexualidade é bem-vinda quando conduz a uma “boa vida”

PÁGINA 18 | Juan Masiá: Respeito à dignidade humana: um elo para a liberdade nas relações afetivas

PÁGINA 20 | Luís Corrêa Lima: O direito homoafetivo, que contempla os segmentos GLBTs, é uma conquista

PÁGINA 22 | Nancy Cardoso: Padrão hetero: uma verdade imutável?

PÁGINA 24 | Luiz Mello: Um debate sobre conjugalidade e parentalidade de pessoas homossexuais

PÁGINA 27 | Rui Portanova: “A sociedade não acredita que haja amor entre as pessoas homossexuais”

PÁGINA 29 | Greyce Vargas: Um relato da necessária omissão

PÁGINA 29 | Enquete: Você é a favor ou contra a união civil homossexual?

B. Destaques da semana

» Brasil em Foco

PÁGINA 32 | Reinaldo Gonçalves: O combate à desregulamentação financeira americana. Ainda há tempo?

» Teologia Pública

PÁGINA 34 | Peter Phan: Jesus inclui de algum modo e se “associa” a outras figuras religiosas em seu trabalho de salvação?

» Nanotecnologia

PÁGINA 36 | Maria del Carmen Hernandez: “É difícil se proteger contra um risco que ainda não está claramente definido”

» Filme da Semana

PÁGINA 38 | *Jogo de cena*, de Eduardo Coutinho

» Invenção

PÁGINA 40 | Horácio Costa

» Análise de Conjuntura

PÁGINA 43 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Agenda de Eventos

PÁGINA 47 | Paula Corrêa Henning: Igualdade e liberdade nos discursos educacionais contemporâneos

PÁGINA 48 | Sônia Almeida: Luta e empoderamento: a posição das mulheres na sociedade atual

PÁGINA 50 | Marília Veronese: Subjetividade, trabalho e Economia Solidária

» Perfil Popular

PÁGINA 52 | Rosalina Garcia

» IHU Repórter

PÁGINA 54 | Alexandre Rocha da Silva



IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

Cristão e homossexual? Um desafio

Para o teólogo luterano André Musskopf defender o “casamento homossexual” significa lidar com paradoxos e contradições

POR GRAZIELA WOLFART

“**N**o contexto da luta em favor da cidadania, religiosa e civil, é importante que se mantenha a discussão em torno da qualidade das relações (homo ou heteroafetivas) e da igualdade de direitos que mecanismos de legitimação religiosa ou política garantem às pessoas, que, assim, estruturam suas relações.” É essa a posição do teólogo André Musskopf sobre a união entre pessoas do mesmo sexo, em entrevista concedida por e-mail para a **IHU On-Line**. Para ele, o reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo “não busca apenas afirmar publicamente estas relações, mas garantir direitos muito concretos, aos quais todas as pessoas que vivem dentro do instrumento jurídico do casamento heterossexual têm acesso sem, muitas vezes, se darem conta”. Musskopf é pesquisador na área de Teologias GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), Teoria Queer e Estudos de Gênero e Masculinidade. Graduado em Teologia, pela Escola Superior de Teologia (EST), é mestre em Teologia, também pela EST, com dissertação intitulada *Ministérios Ordenados e Teologia Gay – Retrospectiva e Prospectiva, sobre a ordenação de pessoas homossexuais*, e doutorando em Teologia no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação das Faculdades EST. É autor de *Uma brecha no armário - propostas para uma teologia gay* (São Leopoldo: Sinodal, 2002) e organizador, juntamente com Marga J. Ströher e Wanda Deifelt, do livro *A flor da pele - Ensaio sobre gênero e corporeidade* (São Leopoldo: Sinodal, EST, CEBI, 2004).

IHU On-Line - O senhor defende uma teologia gay/queer. Como essa reflexão pode ajudar na mudança de paradigma sobre o casamento homossexual como tabu para as igrejas cristãs?

André Musskopf - Quando falo sobre teologia gay/queer, em primeiro lugar, me refiro ao resgate da cidadania religiosa de pessoas que não se enquadram, por suas práticas sexuais e identidades de gênero, no padrão heterocêntrico. Como “cidadania religiosa” entendo, na área da teologia, o direito e a necessidade de incorporar a experiência destas pessoas na reflexão teológica que foi sempre feita, tanto em sua epistemologia quando na formulação de dogmas e doutrinas, desde a perspectiva de um determinado tipo de experiência heterossexual que se supõe superior e que divide as pessoas dualística e hierarquicamente. Já no âmbito da prática religiosa, esta “cidadania” inclui

também o direito à vivência da espiritualidade numa comunidade de fé que respeite, valorize e integre a experiência particular destas pessoas. Dentro desta perspectiva, uma teologia gay/queer também pressupõe, com relação às relações afetivas entre as pessoas, que os mesmos direitos e as mesmas formas com que são publicamente reconhecidas as relações de pessoas heterossexuais sejam usadas para pessoas homossexuais, como no caso das “uniões homoafetivas”. Assim, na medida em que a teologia gay/queer provoca mudanças com relação ao papel das pessoas homossexuais no contexto das igrejas, ela, concomitantemente, provocará mudanças com relação à forma como são compreendidas e reconhecidas as suas relações. Mas, tanto no nível da reflexão teológica quanto no nível das práticas religiosas, há um longo caminho a ser percorrido.

Ainda assim, defender o “casamento homossexual” enquanto intelectual militante, mesmo no campo da Teologia e das igrejas, significa lidar com paradoxos e contradições. Em primeiro lugar, com relação à própria idéia de “casamento”. As teologias gay/queer, assim como as teologias feministas, têm defendido, no contexto do questionamento do heteropatriarcado, a mudança dos princípios éticos que norteiam as relações humanas. Têm afirmado a amizade e a afetividade, por exemplo, em contraposição à propriedade e privatização dos corpos, regulamentadas pela noção tradicional de “casamento”. Neste sentido, ao defender o reconhecimento das relações homoafetivas através dos ritos das igrejas, tendo em vista a igualdade de direitos, pressupõe-se que esta discussão não apenas mude os paradigmas com relação a estas relações em particular, mas de

**“Se as uniões
homoafetivas
representam uma ameaça
à família, da forma como
ela é
tradicionalmente
concebida? Graças a
Deus!”**

todas as relações humanas. Assim, em segundo lugar, também se torna necessário discutir o papel social que esta instituição religiosa representa. Mesmo em termos teológicos, existem diferentes concepções sobre “casamento”. Enquanto na Igreja Católica Apostólica Romana o casamento constitui um sacramento, nas igrejas descendentes da Reforma, o ritual religioso representa uma “benção matrimonial”, embora nem sempre seja compreendida desta forma. O “casamento” acontece no âmbito civil e é “abençoado” no contexto da comunidade religiosa. Esta diferença parece ter sido responsável, em alguns países, pela maior aceitação de “cerimônias de união entre pessoas do mesmo sexo”, até mesmo por parte de algumas igrejas. Desta forma, no entanto, corre-se o risco de criar um “casamento de segunda linha”, o qual seria destinado às uniões não-heterossexuais, por não preencherem os requisitos de uma “verdadeira” união. A mesma discussão acontece no âmbito civil, no qual há grande resistência de equiparar as uniões homoafetivas, e mesmo de usar o mesmo termo, ao casamento heterossexual. Por isso, no contexto da luta em favor da cidadania, religiosa e civil, é importante que se mantenha a discussão em torno da qualidade das relações (homo ou heteroafetivas) e da igualdade de direitos que mecanismos de legitimação religiosa ou política garantem às pessoas, que, assim, estruturam suas relações.

IHU On-Line - Em que sentido os homossexuais cristãos podem ser citados como exemplo de fé, já que, confor-

me suas palavras, “não desistem da sua religiosidade nem de expressar e vivenciar suas crenças”, mesmo com “as discriminações e perseguições que sofrem em virtude da sua orientação sexual”? O homossexual cristão também quer se sentir amado pelo seu Deus, não?

André Musskopf - Afirmar-se publicamente como cristão e homossexual ainda causa grande surpresa para muitas pessoas. Não é de se espantar que, diante dos posicionamentos homofóbicos e discriminatórios da maioria das igrejas cristãs, elas mesmas considerem uma contradição que alguém possa afirmar a sua sexualidade fora dos padrões por ela defendidos como verdadeiros e únicos (leia-se heterossexualismo)¹ e, ao mesmo tempo, como crente em Jesus Cristo e fiel à tradição cristã. Também não é de espantar que pessoas homossexuais considerem esta afirmação simultânea contraditória, uma vez que o discurso das igrejas cristãs tem sido um dos maiores combustíveis da homofobia e do heterossexismo do qual são vítimas. Mas um número crescente de pessoas tem optado por não abandonar a sua fé e a tradição religiosa na qual cresceram ou se vincularam por expressarem a sua experiência de fé, mas questionar aqueles aspectos desta tradição que têm sido usados para alijá-lo de sua comunidade de fé e impedir o seu crescimento e amadurecimento enquanto pessoa de fé. Neste sentido, o “homossexual cristão” se sente amado por Deus – sempre que a pregação preconceituosa das igrejas não abala esta relação – e por se sentir amado é que pode afirmar-se assim, muitas vezes a despeito dos discursos e das práticas das instituições religiosas. Embora muitos/as assumam uma postura apologética com relação a estas instituições e, conseqüentemente na sua relação com a divindade, acredito que

1 Utilizo aqui “heterossexualismo” propositalmente, pois enquanto “homossexualismo” é um termo médico usado para referir-se a um desvio patológico de conduta, tendo sido substituído pelo termo “homossexualidade”, a heterossexualidade compulsória, responsável por um ordenamento social heterocêntrico, constituiu-se de fato numa patologia. Que seja compreendido: não é à heterossexualidade, ou às práticas heterossexuais, à qual me refiro como patologia, mas a imposição deste padrão, incluindo o heterossexismo e a homofobia dela decorrentes, a todas as pessoas.

a articulação de teologias gay/queer e a luta pela cidadania religiosa de pessoas GLBT sejam expressões desta relação e desta certeza que antecede e que motiva o engajamento nestes movimentos.

IHU On-Line - O senhor percebe que as igrejas cristãs já estão caminhando em direção a um avanço no sentido de ver a união civil entre pessoas do mesmo sexo com outros olhos?

André Musskopf - No Brasil, não conheço nenhuma discussão, a não ser nas igrejas e grupos cristãos GLBT, sobre a união entre pessoas do mesmo sexo no âmbito eclesiástico. Na verdade, a partir de minha pesquisa e experiência, percebo que este é o ponto nevrálgico das discussões em torno da homossexualidade, o que prova que o “casamento” é, de fato, o pilar da sociedade heterocêntrica. Na minha pesquisa sobre a ordenação de pessoas homossexuais ao ministério eclesiástico nas igrejas luteranas dos Estados Unidos (ELCA) e no Brasil (IECLB) (veja *Talar Rosa - Homossexuais e o Ministério na Igreja*. São Leopoldo: Oikos, 2005), o reconhecimento das relações entre pessoas do mesmo sexo é o que tem impedido o avanço no âmbito da ordenação ministerial. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, há uma crescente aceitação de pastores/pastoras homossexuais, não apenas com índices cada vez maiores de aprovação nas votações das assembleias, mas com comunidades chamando pastores/as assumidamente homossexuais para exercerem as funções ministeriais. Até o momento, no entanto, tanto na ELCA quanto na IECLB, as diretrizes das igrejas afirmam não ordenar “homossexuais praticantes” (leia-se não-celibatários). O motivo, ainda que revele uma profunda contradição para a teologia luterana, tendo em vista a imposição do celibato, é que para ordenar “homossexuais praticantes” será necessário reconhecer as suas relações. Assim, enquanto há uma compreensão mais aberta com relação às pessoas homossexuais e sua participação na vida da Igreja, isto não se espelha no reconhecimento das suas relações afetivas no interior das igrejas. Por isso, diante da contradição interna que gera a defesa da união civil entre pessoas do mesmo sexo, as igrejas têm mantido silêncio, quando não alardeando sua oposição a este ins-

trumento, na defesa de direitos humanos e civis das pessoas homossexuais.

IHU On-Line - Em relação à união civil homossexual, quais são as principais dificuldades de quem assume a não-heterossexualidade, principalmente no âmbito social?

André Musskopf - Uma das questões que procuro sempre enfatizar nas minhas intervenções públicas sobre os direitos de pessoas não-heterossexuais é o fato de que, embora exista um senso comum de que a luta por tais direitos (que algumas pessoas chegam a definir como “especiais”) reflete apenas um modismo ou uma extravagância por parte das pessoas e grupos GLBT, trata-se, na verdade, de questões centrais para a dignidade e a cidadania dessas pessoas. O reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, não busca apenas afirmar publicamente estas relações, mas garantir direitos muito concretos aos quais todas as pessoas que vivem dentro do instrumento jurídico do casamento (neste caso heterossexual) têm acesso, sem, muitas vezes, se darem conta. Em uma fala na Câmara de Vereadores/as de São Leopoldo, no contexto da discussão dos Projetos de Lei propostos pela Vereadora Ana Affonso, que criminalizam a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero², procurei enumerar alguns destes direitos:

No Brasil, em virtude da nossa constituição e do código civil, casais e arranjos familiares de pessoas do mesmo sexo:

- não podem casar e não adotam o sobrenome do/a parceiro/a;
- não podem somar renda para aprovar financiamento ou alugar imóveis;

2 A Audiência Pública aconteceu em 13/06/2006, e a palestra teve como título “Direitos sexuais são direitos humanos!”. As leis, posteriormente aprovadas pela Câmara e sancionadas pelo Prefeito Ary Vanazzi são a Emenda Nº 9 à Lei Orgânica do Município, Capítulo I, Das Disposições Preliminares, artigo 7º, inciso III, que passou a ter a seguinte redação: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, orientação sexual e identidade de gênero, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação”; e a Lei nº 6.010, de 18 de julho de 2006, que “Institui, no âmbito do município de São Leopoldo a promoção e o reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade, preferência sexual e estabelece penalidades aos estabelecimentos localizados no município que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual e identidade de gênero”.

“O grande mérito e a grande promessa dos movimentos sociais ligados a questões de gênero e sexualidade é justamente questionar padrões de relacionamento socialmente sancionados e estabelecidos que oprimem as pessoas e impedem-nas de realizar-se e crescer enquanto seres humanos”

- não inscrevem o/a parceiro/a como dependente no serviço público, da Previdência Social ou no plano de saúde;

- não fazem declaração conjunta de IR e não podem abater gastos médicos e educacionais ou deduzir rendimentos em comum;

- não são reconhecidos como entidade familiar, mas como sócios/as e não têm suas ações legais julgadas pelas Varas de Família;

- não participam de programas do Estado vinculados à família e não recebem abono-família;

- não têm pensão alimentícia, nem direito à metade dos bens em caso de separação;

- não adotam filho/a em conjunto, não podem adotar filho/a do/a parceiro/a e não têm direito a licença maternidade/paternidade em caso de adoção;

- não têm licença-luto na morte do/a parceiro/a, não recebem auxílio-funeral e não têm direito à herança;

- não têm direito à visita íntima na prisão, não podem autorizar cirurgia de risco e não podem ser curadores/as do/a parceiro/a incapaz;

E a lista poderia continuar. O mesmo pode ser dito com relação aos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. São direitos que, em virtude da orientação sexual e da identidade de gênero, são negados e violados diariamente, enquanto são automaticamente resguardados ou pelo menos defendidos no caso de pessoas heterossexuais. Isto, sem dúvida, compromete a dignidade e o exercício pleno da cidadania das pessoas GLBT.

IHU On-Line - Na sua opinião, as uniões homoafetivas representam uma ameaça à família, da forma como ela é tradi-

cionalmente concebida?

André Musskopf - Graças a Deus! Acredito que o grande mérito e a grande promessa dos movimentos sociais ligados a questões de gênero e sexualidade (como os Movimentos Feminista e GLBT) seja justamente questionar padrões de relacionamento socialmente sancionados e estabelecidos que oprimem as pessoas e impedem-nas de realizar-se e crescer enquanto seres humanos. Isso não significa dizer que o “casamento” ou a “família” tradicionalmente concebidos sejam, em si, opressores, mas que eles assim se tornam quando são espaços que protegem e até promovem relações injustas, como é o caso com relação aos altos índices de violência doméstica e da estigmatização de mulheres “mães solteiras” ou divorciadas. Por isso, a grande oportunidade que a discussão em torno do casamento ou da união entre pessoas do mesmo sexo oferece é discutir de que forma os modelos de relacionamento e arranjos familiares oprimem ou libertam as pessoas e quais os instrumentos jurídicos necessários e capazes de proteger e promover estes modelos e arranjos. O risco tem sido muito mais o contrário: o de trasladar padrões heterocêntricos para relacionamentos homoafetivos, mantendo justamente os seus elementos opressores. É o que se tem em mente, em geral, quando se afirma que os relacionamentos homoafetivos são “iguais” aos relacionamentos heteroafetivos, apontando não para a igualdade de direitos, mas para os padrões de relacionamento que repetem padrões de gênero e sexualidade heterossexistas.

IHU On-Line - O que deve fazer parte de uma reflexão moral sobre o amor homossexual?

“A grande oportunidade que a discussão em torno do casamento ou da união entre pessoas do mesmo sexo oferece é discutir de que forma os modelos de relacionamento e arranjos familiares oprimem ou libertam as pessoas”

André Musskopf - Em meu primeiro livro, *Uma brecha no armário*, abordei a questão ética na experiência homossexual e afirmei, a partir de Mary Hunt³, a amizade como critério para as relações. Esse me parece ainda válido sempre que se compreenda a amizade como expressão de mutualidade, formação de comunidade, não-exclusivismo, flexibilidade e direcionada para a outra pessoa. Também penso ser importante considerar as especificidades da experiência homossexual, as quais não estão ligadas a questões “essenciais”, mas, em geral, advém de uma conjuntura social que oprime e discrimina as pessoas homossexuais e precisam ser analisadas e avaliadas dentro dela. Este é o caso, por exemplo, da experiência de múltiplos parceiros sexuais que faz parte da vida de muitos homens gays e que tem sido rotulada como forma de “promiscuidade” pelos moralistas de plantão, tão prontos a emitir julgamentos sobre o que, em geral, não conhecem. Não quero afirmar nem que todas as pessoas homossexuais vivem sua sexualidade desta forma, nem que esta é a maneira ideal de se conceber tais relacionamentos, mas apontar para o fato de que, em qualquer discussão ética ou moral, é preciso considerar as especificidades das experiências das pessoas sobre as quais se quer emitir um juízo. Estas especificidades, no entanto, não devem reforçar a existência de padrões duplos no campo da ética sexual. Pelo contrário, elas levantam questionamentos para as concepções normativas da sexualidade e apontam para a necessidade de eliminar qualquer padrão duplo e repensar a ética sexual como um todo desde outra perspectiva, por exemplo desde a amizade.

IHU On-Line - Como a homossexualidade aparece na Bíblia? Esses textos ajudam a subsidiar uma reflexão sobre o casamento gay?

André Musskopf - Em primeiro lugar, a homossexualidade não aparece na Bíblia,

pois este é um conceito criado nos séculos XIX e XX para falar de relações entre pessoas do mesmo sexo. Isto não significa que as narrativas bíblicas não apresentem ou não falem de relacionamentos homoafetivos ou homoeróticos. Estes, no entanto, precisam ser analisados dentro do contexto em que estas narrativas surgiram, no processo de transmissão até sua fixação por escrito.⁴ Em segundo lugar, tendo em vista o que afirmei acima sobre o fato de que o “casamento gay”, ou “casamento homossexual”, ou “união entre pessoas do mesmo sexo”, não pode ser visto isoladamente, mas dentro do questionamento e da busca por relações mais justas e libertadoras, a Bíblia é uma fonte importante e teologicamente imprescindível para esta discussão e construção dentro das igrejas cristãs. Assim, é preciso considerar a Bíblia como um todo, e que tipo de relações as suas narrativas subsidiavam. Os mesmos critérios e as mesmas diretrizes devem ser aplicadas a todas as pessoas e a todas as relações. Então, por exemplo, a narrativa sobre a rainha Vasti (livro de Ester, capítulo 1) pode subsidiar a reflexão sobre as uniões homoafetivas, embora não necessariamente contenha personagens homossexuais, por apresentar um questionamento e resistência ao heteropatriarcado.⁵ Além disso, a exegese bíblica gay e a teologia gay têm resgatado e reinterpretado outros textos bíblicos que, através da identificação dos/as leitores/as e intérpretes com a narrativa bíblica, tornam possível fazer uma discussão fecunda sobre as relações homoafetivas. Este é o caso com relação aos textos que falam de Jônatas e Davi (livro de Samuel), Rute e Noemi (livro de Rute), o centurião e seu “servo” (livro de Mateus capítulo 8.5-13), por exemplo.⁶ Mas,

embora estas análises e interpretações sejam importantes e até fundamentais para recuperar a auto-estima e ajudar no desenvolvimento da espiritualidade de pessoas homossexuais, não acredito que elas garantam a aceitação e o respeito da homossexualidade e das relações homoafetivas por aqueles e aquelas que se posicionam contra estas experiências – vide a grande e interminável discussão exegética e hermenêutica em torno destes textos. Isto se deve principalmente ao fato de que princípios hermenêuticos distintos são empregados no processo de interpretação. Enquanto aqueles e aquelas que afirmam a negação da experiência homoafetiva a partir da Bíblia julgam oferecer uma interpretação literal, que de fato não é, aqueles e aquelas que percebem nestes textos a possibilidade de afirmação desta experiência interpretam os textos justamente a partir dela, encontrando, então, narrativas que falam dos dilemas e dos desafios que enfrentam na sua vida cotidiana. A Bíblia sempre é lida e interpretada dentro de um contexto e, por isso, interpretações que consideram e valorizam a experiência homossexual tanto são instrumentos importantes na luta pela garantia de direitos e reconhecimento das relações homoafetivas quanto são fruto de novas concepções e idéias acerca destas experiências.

LEIA MAIS...

>> André Musskopf concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. O material está disponível na nossa página eletrônica. Confira:

- * “Identidade masculina e corporeidade”;
- * Entrevista na edição número 121, de 01-11-2004, sobre o tema “À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay - seus dilemas e possibilidades”, apresentado por Musskopf no IHU Idéias de 04-11-2004. O texto está publicado nos Cadernos IHU Idéias número 32, disponível para download no site do IHU (www.unisinos.br/ihu).
- * “Deus é pai ou mãe? Uma reflexão”

>> Confira também alguns artigos do entrevistado, publicado em outras edições.

- * “Crises nas relações de gênero: a busca por uma outra sociedade”
- * “Frida Kahlo - 1907. Um olhar de teólogos e teólogas”

4 Abordo esta temática mais amplamente em A. S. MUSSKOPF. *Bíblia, cura e homossexualidade*. In: *RIBLA* 49. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 93-107.

5 Conforme estudo de G. D. COMSTOCK, *Gay theology without apology*. Cleveland: Pilgrim, 1993. p. 49-60.

6 Veja, por exemplo, estudos de Ken Stone, Theodore Jennings, Robert Goss, Thomas Dixon Hanks, Mona West.

O amor homossexual. Um olhar teológico-pastoral

James Alison fala da importância de ajudar os gays e as lésbicas a crescerem a partir do que são, considerando que “a graça aperfeiçoa a natureza”

POR GRAZIELA WOLFART

O teólogo católico James Alison é padre e escritor inglês. Estudou, viveu e trabalhou no México, Brasil, Bolívia, Chile e Estados Unidos, bem como sua terra natal, a Inglaterra. Obteve o doutorado em Teologia pelas Faculdades Jesuítas de Belo Horizonte. É autor de, entre outros, *Knowing Jesus* (London: SPCK 1992), *Raising Abel* (New York: Crossroad, 1996), *The joy of being wrong* (New York: Crossroad 1998) e *Faith beyond resentment: fragments catholic and gay* (London: Darton Longman & Todd 2001). Seu site pessoal é www.jamesalison.co.uk. Teólogo sistemático, Alison busca uma compreensão não violenta do desejo associada a René Girard, procurando elaborar as intuições de uma nova relação entre criação e salvação a partir das suas experiências no campo acadêmico e pastoral. Ele trabalha atualmente como um pesquisador itinerante, acompanhando uma imensa variedade de públicos, em leituras acadêmicas, seminários de pós-graduação, cursos de catequese para adultos, retiros para padres, e encontros católicos e ecumênicos de gays e lésbicas. Quando não está na estrada, Alison chama Londres de sua “casa”. Confira, a seguir, a entrevista que ele concedeu por telefone para a IHU On-Line, quando falou sobre sua concepção acerca da homossexualidade, principalmente relacionada com a Igreja.

DIVULGAÇÃO



IHU On-Line - Como entender a relação homossexual a partir da compreensão não violenta do desejo, com base no pensamento de René Girard?

James Alison - O pensamento de Girard¹ com relação à questão do desejo se explica pelo fato de que o desejo de todos nós é mimético, ou seja, aprendemos a desejar segundo o desejo do outro/da outra. A partir do nosso nascimento, nos encontramos no desejo de outra pessoa, ou seja, dos nossos pais, guardiões, professores, e todos aqueles que nos ensinam a ficarmos “viáveis” como seres humanos. Isso

“Todos aprendemos a desejar o outro sexual a partir da nossa imitação, daquilo que nos é parecido. Ou seja, a partir da imitação das pessoas do mesmo sexo, aprendemos a desejar as pessoas do outro sexo”

significa que o desejo, em si, é algo bom. Se não fosse por ele, não chegaríamos à categoria de seres humanos. Porém, como ocorre com todos, começamos a receber esse desejo de forma distorcida. Recebemos tanto a capacidade de desejar sem obstáculos quanto o desejo cheio de rivalidades. Por exemplo, se dermos várias bolas vermelhas para duas crianças brincarem, dentro de pouco tempo, apenas uma dessas bolas será desejada, embora as outras sejam idênticas. Elas terão menos prestígio, menos valor, do que *aquela* bola que ficou sendo cobiçada

pelo grupo de crianças. Em outras palavras, aprendemos a desejar segundo o desejo do outro, e isso nos leva a uma rivalidade. Neste momento, vamos trazer isso para a questão gay. Todos aprendemos a desejar o outro sexual a partir da nossa imitação, daquilo que nos é parecido. Ou seja, a partir da imitação das pessoas do mesmo sexo, aprendemos a desejar as pessoas do outro sexo. Segundo a maneira tradicional de pensar, algumas pessoas considerariam o desejo homossexual como uma distorção disso, em que pessoas do mesmo sexo não apenas aprendem

¹ René Girard (1923): filósofo, historiador e filólogo francês. Atualmente, é professor de literatura comparada na Universidade de Palo Alto, Califórnia, EUA. René Girard é conhecido por suas teorias que consideram o mimetismo a origem da violência humana que destrutura e reestrutura as sociedades, fundando o sentimento religioso arcaico. Girard se auto-define como um antropólogo da violência e do simbolismo religioso. (Nota da IHU On-Line)

a desejar segundo o desejo do próprio sexo, o qual é totalmente normal, mas de, alguma forma, aquele desejo é fixado no rival. Ou seja, ao invés de desejar o objeto apontado como rival, eu começo a desejar o próprio rival. Essa é uma explicação que as pessoas têm usado para afirmar que o desejo homossexual é intrinsecamente desordenado. A contribuição de Girard em toda essa área é para mostrar que, na verdade, o desejo é mimético, independentemente do objeto. Tanto que uma pessoa heterossexual pode desejar uma pessoa do outro sexo de maneira rivalística como também pode aprender a desejar de maneira não rivalística, aprendendo a “segurar” essa pessoa não como objeto a ser “preso”, mas para fazer crescer, frutificar. O mesmo é possível para pessoas gays. É possível para uma pessoa gay amar outra do mesmo sexo, não só como “presa” para olhos cobiçosos, mas de maneira pacífica, de forma a querer o bem dela, a fim de que ela frutifique. Essa é a importância do pensamento de Girard: distinguir entre o desejo possessivo/rivalístico, por um lado, e o desejo pacífico/criador, por outro.

IHU On-Line - A partir das suas experiências no campo acadêmico e pastoral, como podemos pensar na elaboração de uma nova relação entre criação e salvação? O que fazer dentro da teologia moral para que o ser humano homossexual se sinta tão amado por Deus quanto aquele de orientação heterossexual?

James Alison - No atual estado da teologia católica, esta é a pergunta-chave. O ensino tradicional da Igreja católica, com respeito à relação entre natureza e graça, indica que a natureza humana é boa e que Deus, ao salvar-nos, não estava abolindo a natureza humana, mas abrindo a possibilidade de que ela chegasse à sua perfeição. Lembramos, aqui, a frase de São Tomás de Aquino² “A graça aperfeiçoa a

natureza”. Isso significa que é impossível considerar que uma pessoa humana tenha, em uma parte de si, um desejo que seja intrinsecamente perverso. O desejo de todos nós é, em si, a princípio, uma coisa boa, mesmo que todos vivamos numa distorção e desordem muito grande. Há uma grande diferença entre dizer a uma pessoa “Olha, eu te amo, você vai crescer a partir de quem você é, para chegar a ser ainda maior do que você possa imaginar”, ou dizer a essa mesma pessoa “Você é radicalmente depravado. Do jeito que você é não vai a lugar nenhum. Eu vou precisar fingir que você é outra coisa, para te aperfeiçoar a partir de algo que você não é. Dessa forma, vou te salvar. Mas o custo é que você precisa abolir tudo o que é originalmente seu”. Há muita diferença entre essas duas posições. Curiosamente, a posi-

“O atual ensino da Igreja nessa matéria tende a sugerir que o desejo homossexual é uma desordem objetiva”

ção da Igreja Católica é a primeira. O olhar de Deus diz isso: “Eu te quero e, a partir de quem você é, você é capaz de chegar a ser algo que ainda não é, em harmonia orgânica com aquilo que faz parte de você de forma ainda bagunçada, por enquanto”. Porém, o atual ensino da Igreja, nessa matéria, tende a sugerir que o desejo homossexual é uma desordem objetiva. Na medida em que esse ensino insiste na depravação radical do desejo pelo mesmo sexo, ele está caindo numa heresia, a partir do ensino tradicional do

em Nápoles e depois foi para Paris, onde se dedicou ao ensino e ao estudo de questões filosóficas e teológicas. Seus interesses não se restringiam à religião e filosofia, mas também à alquimia, tendo publicado uma importante obra alquímica chamada *Aurora Consurgens*. Sua obra mais famosa e importante é a *Suma Teológica*. (Nota da IHU On-Line)

ponto de vista da graça e da natureza. É importante que recuperemos o ensino mais tradicional nessa matéria. Por exemplo, será que o desejo homossexual pode ser considerado como um desvio parecido com o fato de ter canhotos e não sermos todos os humanos destros? Aprendemos que há uma considerável proporção da humanidade que é canhota, e isso não é nenhum empecilho ao desenvolvimento dessas pessoas. Será que a homossexualidade é um tipo de “anomalia” como o fato de ser canhoto, ou uma patologia, como o alcoolismo ou a cleptomania, que consideramos como desordens objetivas e que fazem as pessoas se autodestruírem? Assim como é verdade que a graça aperfeiçoa a natureza, é verdade que ser gay e lésbica é uma anomalia, e não uma patologia. Então, o crescimento moral e humano das pessoas passa pelo reconhecimento disso de forma íntegra, honesta e sem medo.

IHU On-Line - Como o senhor vê a postura do Vaticano em não admitir homens gays no exercício do sacerdócio? O que orientação sexual tem a ver com a vocação? Um padre gay pode não ser um “bom exemplo” para a moral a ser pregada pela Igreja?

James Alison - Sobre esse tema, vocês podem ler no meu site um artigo chamado “Uma carta a um jovem católico gay”. A melhor e mais suave leitura possível do documento da Igreja sobre o assunto é a de que o próprio Vaticano sabe que, por enquanto, não está preparado para falar a verdade em relação à questão gay. Ele não ousa reconhecer a verdade e vai demorar um certo tempo até que este assunto da vivência não patológica do ser gay seja tão evidente que até o Vaticano possa aceitá-lo. Sendo assim, podemos ler o documento como se fosse uma maneira de dizer: “Olha só, por favor, enquanto nós não conseguirmos falar a verdade sobre esse assunto, é imoral tentar convencer pessoas gays honestas a entrar no sacerdócio, pois sendo pessoas honestas não vão encontrar uma moradia sadia para a sua vivência, pois serão obrigadas a viver num mundo onde há muita caça de bruxas, muita hipocrisia, muitas pessoas que são doentes patologicamente, ou seja, gays que só

² Tomás de Aquino (1227-1274): frade dominicano e teólogo italiano, considerado santo pela Igreja. Um de seus maiores méritos foi introduzir o aristotelismo na escolástica anterior. A partir de São Tomás, a Igreja tem uma teologia (fundada na revelação) e uma filosofia (baseada no exercício da razão humana) que se fundem numa síntese definitiva: fé e razão. Nascido numa família nobre, estudou filosofia

conseguem perseguir outros gays”. Por outro lado, pode-se fazer uma interpretação fantasiosa do documento. Porque, se eles pensam que esse decreto terá alguma função verdadeira, estão enganados. Eu não acredito que, de repente, todos os seminaristas são heterossexuais. Seria muito extraordinário se assim fosse. Conheço vários seminaristas, em diversas partes do mundo, que são gays, e simplesmente foram obrigados a viver com mais duplicidade do que antes diante das situações. Muitos bispos que, em tese, dizem ao público que defendem o ensino da Igreja, na verdade, no âmbito privado, dizem sim ao ingresso de um seminarista gay. Contanto que o cara seja uma pessoa mais ou menos estável, não se quer saber se ele é heterossexual ou não. Muitos bispos e cardeais no mundo driblaram o referido decreto.

IHU On-Line - Podemos pensar na possibilidade de pessoas do mesmo sexo se unirem com a bênção de Deus e da Igreja? Elas poderiam receber o sacramento do matrimônio?

James Alison - É evidente que podemos pensar na possibilidade de pessoas do mesmo sexo se unirem com a bênção de Deus e da Igreja. Isso já acontece em alguns lugares. No entanto, é importante fazer uma distinção aqui. Todos os movimentos civis que têm acontecido, seja na Espanha, na Holanda, na Bélgica, nos Estados Unidos, no Estado de Massachusetts, são para exigir uniões civis. Não confundamos as coisas. A união civil e o sacramento do matrimônio não são a mesma coisa. Existem muitas pessoas, nesses países, que, além de terem feito o matrimônio civil, também têm procurado fazer algum tipo de celebração religiosa para festejar a ocasião. Eu tenho participado dessas festas. Não há nada, absolutamente, que impeça duas pessoas em se unirem civilmente, numa parceria, reconhecida pelo estado, realizando, depois disso, uma liturgia de celebração com a presença de amigos, pessoas da família, padres etc. E isso acontece muito, porém de forma mais discreta. No entanto, isso é diferente da questão do matrimônio como sacramento. Este, no pensamento da Igreja Católica, é visto como a celebração feita pelos próprios noivos, que são duas pessoas batizadas, de sexo oposto, com três

“Conheço vários seminaristas, em diversas partes do mundo, que são gays, e simplesmente foram obrigados a viver com mais duplicidade do que antes diante das situações. Muitos bispos que, em tese, dizem ao público que defendem o ensino da Igreja, na verdade, no âmbito privado, dizem sim ao ingresso de um seminarista gay”

elementos básicos: fé, a possibilidade de ter filhos e a unidade de autodoação até que a morte os separe. Veremos ainda de que forma a Igreja vai celebrar publicamente a união entre pessoas do mesmo sexo. Evidentemente, seriam duas pessoas batizadas, que estão fazendo sua autodoação até que a morte as separe, mas sem a abertura à possibilidade de poder procriar, evidentemente. É muito interessante ver que os casais do mesmo sexo que organizam liturgias para receber a bênção de Deus para suas uniões estão inventando diferentes formas de liturgia, porque ainda estamos em fase de descobrimento de que tipo de testemunha de vida divina essas uniões vão dar para a Igreja.

IHU On-Line - Quais dilemas e dificuldades um homossexual católico (homem ou mulher) costuma enfrentar? Que tipo de conflito interno e de fé aparece aí? Como um jovem católico gay se sente em sua Igreja? Como ele é recebido?

James Alison - Isso é curioso e varia muito de país para país, de cultura para cultura. Pessoas que vivem em países católicos de tradição abrangente e liberal têm pouca dificuldade em relação a isso. Há pessoas assim, e o importante é que floresçam como são. Há outras que crescem em ambientes ideológicos muito fechados, nos quais a maior tragédia que poderia acontecer para os pais é ter um filho gay. Então, ouvimos aquelas frases famosas, como “prefiro ter um filho drogado do que gay”. Vai depender totalmente em qual desses mundos a pessoa cresce. Não há nem uma tragédia universal, nem uma bênção universal. O

que eu tenho notado é que nos países de tradição católica, no universo mais jovem, a mudança com relação à aceitação e a auto-aceitação da homossexualidade é muito grande. É enorme a aceitação pacífica desta realidade entre as pessoas de 40 anos para baixo. Mas quando a Igreja não aceita é triste, porque há pessoas que seriam ótimas atuando nela e se sentem rejeitadas. Também há aquela que são muito sensíveis ao ensino da Igreja, e o assunto é recebido de maneira muito trágica, porque sentem no fundo do coração o ódio transmitido pelas palavras oficiais, como se fossem palavras de Deus. E isso é terrível. É escandalizar os pequenos.

IHU On-Line - Como a mensagem de amor pregada por Jesus Cristo pode ser associada na defesa pela luta da união entre pessoas do mesmo sexo?

James Alison - Jesus não diz nada nem a favor nem contra essa matéria. Não sou muito a favor de instrumentalizar Jesus. Acho importante usá-lo nem como arma de defesa de valores conservadores, nem como arma de defesa de valores liberais. Sendo Jesus o próprio Deus, tendo aparecido no meio de nós para nos perdoar e abrindo a possibilidade de nos descobrirmos como filhos de Deus, precisamos ter muito respeito em relação a Ele. Porém, não tenho dúvida de que pessoas vão tratar de utilizar a fé, a religião, a Igreja, como arma para combater a possibilidade de pessoas gays se casarem. A fé católica é uma religião da presença de Jesus. Onde está Jesus: nas pessoas que atiram pedras ou nas pessoas que lutam para construir um mundo

Modernizar o catolicismo com amor ao próximo e solidariedade

Na opinião de Antônio Trasferetti, a sociedade ainda vê a questão da homossexualidade com preconceito. Um preconceito gerado, em grande parte, pela ignorância em relação ao tema

POR GRAZIELA WOLFART

Para o padre Antônio Trasferetti, “a questão da união civil, como vida familiar, aceita no interior da Igreja Católica, bem como adoção de crianças, reprodução assistida, e outros temas, constituem um desafio para a teologia moral nos próximos anos”. Em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, ele afirma que “os homossexuais são filhos de Deus, pagam seus impostos, trabalham, vão ao shopping, estudam como qualquer outra pessoa e merecem respeito e cidadania. Devemos combater o preconceito social que mata com palavras, olhares e balas de revólveres”. Doutor em Teologia Moral, pela Pontifícia Universidade Lateranense, e em Filosofia, pela Pontifícia Universidade Gregoriana, atualmente o padre Trasferetti é diretor do Curso de Filosofia da PUC-Campinas e presidente da Sociedade Brasileira de Teologia Moral (SBTM). É autor de vários livros, entre os quais citamos *Teologia na pós-modernidade* (São Paulo: Paulinas, 2003), *CNBB, Aids e governo* (Campinas: Átomo, 2005), *Filosofia, ética e mídia* (2. ed. Campinas: Alínea, 2007) e *Teologia, ética e mídia* (Rio de Janeiro: Sotese, 2007).

IHU On-Line - Como a união civil entre pessoas do mesmo sexo é vista do ponto de vista da teologia moral?

Antônio Trasferetti - Penso que a união civil entre pessoas do mesmo sexo é uma questão social e jurídica. Depende do congresso nacional aprovar leis regulamentando a vida social. Existem projetos de leis nesse sentido em discussão. Vai depender do debate no congresso e as possíveis determinações jurídicas. A teologia moral respeita a diversidade cultural e as diversas formas de relacionamento amoroso e social em nossa sociedade. Entretanto, ela encaminha seu pensamento para a constituição da família nuclear, compreendendo a necessidade da procriação dentro do contexto da lei moral natural.

IHU On-Line - Na sua opinião, por que a Igreja tem dificuldades em mudar sua posição em relação ao homossexualismo? Acredita que ela contribua

no sentido de ser fraterna com os excluídos? Como conciliar a doutrina católica com a cidadania dos homossexuais?

Antônio Trasferetti - A Igreja Católica, por meio do seu magistério, tem contribuído no sentido de promover a inclusão social. Muitos homossexuais estão inseridos em nossos trabalhos sociais e pastorais. Existe uma compreensão bastante ampla no sentido de promover a cidadania homossexual. O magistério eclesial pede solidariedade com as pessoas homossexuais, combate à discriminação e à violência. Os documentos “Declaração Persona Humana” (1975), “Carta aos bispos da Igreja Católica” (1986), “Considerações sobre propostas de leis não discriminatórias” (1992) e “Considerações sobre as uniões entre pessoas homossexuais” (2003) abordam a temática de um modo geral, colocando o posicionamento teológico e social do magistério. Entretanto, a

Igreja tem dificuldades, no sentido de que ela não aprova as relações homoeróticas como forma de vida familiar, porque não constitui família (nuclear) e nem procria. A questão da “união civil”, como vida familiar aceita no interior da Igreja Católica, bem como adoção de crianças e a reprodução assistida, entre outros temas, constituem evidentemente um desafio para a teologia moral nos próximos anos.

IHU On-Line - Em que o senhor se baseia pela defesa da modernização do catolicismo? Como se daria essa modernização, considerando a trajetória de conservadorismo da Igreja Católica?

Antônio Trasferetti - Penso que nossas paróquias e os milhares de movimentos sociais e pastorais devam acolher as pessoas homossexuais como acolhem qualquer pessoa. Não devemos permitir que se faça qualquer tipo de discriminação. Todas as pessoas são bem-

vindas, independente da sua cor ou da sua orientação sexual. O evangelho do amor é para todos. Numa sociedade pluralista, a diversidade de vidas deve ser respeitada no seio da Igreja. Os homossexuais são filhos de Deus, pagam seus impostos, trabalham, vão ao shopping, estudam como qualquer outra pessoa e merecem respeito e cidadania. Devemos combater o preconceito social que mata com palavras, olhares e balas de revólveres. A modernização do catolicismo se baseia numa ordem social e pastoral nova que devemos construir, tendo inclusive os homossexuais como protagonistas, mantendo, evidentemente, os princípios éticos do amor ao próximo e da solidariedade social como pilares da vida social.

IHU On-Line - Para o senhor, como a mídia tem tratado a questão da união homossexual?

Antônio Trasferetti - Penso que a mídia, de modo geral, tem contribuído com a cidadania homossexual. Há uns 15 ou 10 anos, era impossível qualquer diálogo sobre esse assunto. Hoje, já podemos conversar, vemos cenas de novelas envolvendo pessoas homossexuais, programas de auditório relatando histórias de pessoas homossexuais, cantores, atores, e as pessoas em geral compreendem melhor. A imprensa escrita tem denunciado cenas de violência ou de preconceito envolvendo pessoas homossexuais. Vejo avanço também nas questões sociais. Em muitas cidades brasileiras, existem grupos organizados de homossexuais e outros, prefeituras realizando trabalhos de cidadania envolvendo homossexuais. Ainda existe preconceito e violência, mas penso que, de um modo geral, ocorreram avanços significativos nos últimos anos.

IHU On-Line - E a sociedade ainda vê com preconceito a união civil entre homossexuais?

Antônio Trasferetti - A sociedade ainda vê a questão da homossexualidade com preconceito. Um preconceito gerado em grande parte pela ignorância em relação ao tema. Nem todos os homossexuais conseguem ser o que são em seus ambientes de trabalho ou de estudo, por exemplo. Precisam

“Todas as pessoas são bem-vindas, independente da sua cor ou da sua orientação sexual. O evangelho do amor é para todos”

camuflar sua verdadeira identidade sexual. Mesmo nos ambientes familiares, as pessoas homossexuais muitas vezes são desprezados por seus pais, parentes e amigos. Partidos políticos e outras organizações sociais também têm demonstrado preconceito. A cultura machista ainda reina em muitos ambientes. É preciso um trabalho árduo, em termos de mudança cultural, social e teológica para que o pequeno avanço que foi conquistado adquira maturidade. Penso que os próprios homossexuais precisam trabalhar mais no sentido de criar seus espaços e ampliar sua dignidade. A própria teologia precisa ter como protagonistas teólogos que realmente façam teologia a partir da sua condição de homossexual (masculino e feminino).

IHU On-Line - O que o senhor lembra como experiências marcantes na Pastoral Homossexual, que fundou em Campinas?

Antônio Trasferetti - Foram muitas as experiências e as recordações. Muitas estão escritas no meu livro *Pastoral com homossexuais* (Petrópolis: Vozes, 1998). De modo especial, recordo as muitas cartas que recebi de pessoas homossexuais que eram discriminadas em suas famílias. Pessoas que possuíam muita fé em Deus foram batizadas, crismadas, mas expulsas do seio de suas famílias por causa da sua orientação sexual. É muito triste quando um pai ou uma mãe não sabe compreender seu filho (a) adolescente que está descobrindo a sua condição sexual. Essas pessoas precisam de carinho, amor, afeto e não de ofensas e/ou agressões.

IHU On-Line - Como os gays, lésbicas

e transexuais católicos se sentem em sua Igreja?

Antônio Trasferetti - Realizei uma experiência maravilhosa na Paróquia de São Geraldo Magela (periferia de Campinas), entre os anos 1994 a 1999. Além de acolhê-los, preparei moralmente a comunidade para o conhecimento dessa realidade. Acolhi não somente homossexuais e travestis, mas também seus pais, irmãos e amigos. Precisamos olhar com carinho não somente o homossexual, mas também a sua família. A partir de 2000, assumi outra paróquia e o meu trabalho com pessoas homossexuais tem sido menor. De todo modo, são e serão sempre bem acolhidas.

IHU On-Line - Considerando a união entre duas pessoas do mesmo sexo, como fica o conceito e o modelo de família pregado pela doutrina da Igreja?

Antônio Trasferetti - O conceito e o modelo de família ensinados pela Igreja Católica continuarão sendo os mesmos, ou seja, a “família nuclear”. No futuro próximo, certamente teremos que conviver em harmonia com outras formas de vida “familiar”. A família pós-industrial (pós-moderna, pós-nuclear) do momento atual caracteriza-se por não ter uma única organização. Há muitas maneiras de entender e viver a realidade familiar. Fala-se em “lares sem filhos”, “lares uni-pessoais”, “lugares agregados” e tantas outras. Essas e outras formas apresentam-se como alternativas à instituição matrimonial. São sinais da tendência “desinstitucionalizadora” do mundo atual. É preciso abertura de mente e de coração para dialogarmos com maturidade com todas estas realidades desafiantes que se apresentam em nosso meio.

LEIA MAIS...

>> Sobre o tema da família e da sexualidade, confira as seguintes edições da IHU On-Line:

* *A família em desordem*. Edição número 58, de 05-05-2003

* *Gênero, família e religião*. Edição número 114, de 06-09-2004

* *Pornografia. Um debate*. Edição número 173, de 27-03-2006

* *Os desafios da diversidade sexual*. Edição número 199, de 09-10-2006

“Uma legitimação da relação civil constitui um direito humano no desenho das políticas para a construção de novas cidadanias”

Darío García fala sobre “homens que se apaixonam por outros homens”, ao abordar o tema da homossexualidade

POR GRAZIELA WOLFART

Na entrevista que concedeu por e-mail à IHU On-Line, o professor e pesquisador Darío García, da Pontificia Universidad Javeriana, de Bogotá (PUJB), fala sobre a importância de “compreender o amor entre iguais como um sentimento humano, que permite a um sujeito sair de si mesmo para transcender a outro, expressado na cotidianidade para outorgar-se um sentido à existência e constituir-se em horizonte de realização humana”. Ao comentar sobre a relação afetiva entre homens, ele aponta o desafio de vencer o chamado “patriarcado gay” e aborda o desafio da humanização das relações e das uniões entre iguais para vivenciar a plenitude humana com dignidade.

Hemberg Darío García Garzon é autor do livro *Cruzando los umbrales del secreto: acercamiento a una sociología de la sexualidad* (Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2004). A obra foi inspirada em sua dissertação de mestrado, defendida na Universidad Nacional De Colombia (UNDC), quando desenvolveu um estudo sociológico das ofertas estilísticas das Casas de Banho para Homens, em Bogotá. É licenciado em Filosofia e Ciências Religiosas, pela Universidad Santo Tomas, de Bogotá, e em Teologia, pela Pontificia Universidad Javeriana – Bogotá (PUJB), onde atualmente é professor no Departamento de Teologia. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que deve ser considerado quando falamos de uma sociologia da sexualidade?

Darío García - Quando falamos de sociologia da sexualidade, devemos considerá-la como uma disciplina acadêmica que pretende aproximar-se do sexo para abordá-lo como um fato social, ou seja, como uma ação construída pelos/as sujeitos através das relações sociais sobre o dado biológico outorgado pela natureza dos corpos. Assim, a partir das ferramentas conceituais de Pierre Bourdieu,¹

podemos considerar a sociologia da sexualidade como um campo epistemológico, no qual o sexo constitui um capital simbólico criado pelos/as sujeitos, e se configura no objeto de luta e de crenças nos jogos sociais. Consequentemente, o sexo pode compreender-se como uma propriedade e uma prática. De um lado, corresponde ao dado físico-anatômico por lei natural, referente para distinguir a diferença sexual biológica, como também dispositivo do coito e da reprodução. Por outro lado, corresponde ao dado sociocultural, construído a partir das relações sociais, constitutivo

arte, mídia, lingüística e política. Seu primeiro livro, *Sociologia da Argélia* (1958), discute a organização social da sociedade cabila, e em particular, como o sistema colonial interferiu na sociedade cabila, em suas estruturas e des-culturação. Dirigiu, por muitos anos, a revista *Actes de la recherche en sciences sociales* e presidiu o CISIA (Comitê Internacional de Apoio aos Intelectuais Argelinos), sempre se posicionando clara e lucidamente contra o liberalismo e a globalização. (Nota da IHU On-Line)

das representações simbólicas, mas, ao mesmo tempo, configurado no dispositivo da expressão do desejo, do prazer e do gozo. Cabe acrescentar que o sexo igualmente se converte no dispositivo das lógicas da produção e do consumo de uma identidade. É importante lembrar também que a idéia de falar de sociologia da sexualidade emerge no final do século XIX, na escola de sociologia franco-espanhola. Seu principal representante é Oscar Gausch, que promulga uma des-biologização da compreensão do sexo e da intimidade.

IHU On-Line - O senhor pesquisou o universo das casas de banho para homens. O que esse ambiente revela sobre o homossexualismo que o senhor destaca como mais fascinante?

Darío García - Antes de qualquer coisa, esclareço que, semanticamente, é preferível aludir à homossexualidade, e não

¹ Pierre Bourdieu (1930 - 2002): sociólogo francês. De origem camponesa, filósofo de formação, chegou a docente na École de Sociologie du Collège de France, instituição que o consagrou como um dos maiores intelectuais de seu tempo. Desenvolveu, ao longo de sua vida, mais de trezentos trabalhos abordando a questão da dominação, e é, sem dúvida, um dos autores mais lidos, em todo mundo, nos campos da Antropologia e Sociologia, cuja contribuição alcança as mais variadas áreas do conhecimento humano, discutindo em sua obra temas como educação, cultura, literatura,

ao homossexualismo, com o objetivo de evitar mencioná-lo como um vício ou uma patologia. Assim, prefiro usar a expressão “homens que se apaixonam por outros homens”, dado que, se falarmos de homossexualidade, nos referimos por oposição à heterossexualidade. A expressão “homens que se apaixonam por outros homens” é metafórica, a fim de aludir a uma experiência existencial de amor entre iguais, conforme o significado de paixão, segundo o sociólogo Giddens:² “Era, em outros tempos, uma palavra referida ao êxtase e à devoção religiosa. Se referia justamente a esses momentos no qual o indivíduo se sente em contato com forças cósmicas, com um mundo situado mais além da experiência cotidiana [...] a noção de paixão perdeu quase por completo este significado e se secularizou, confinando-se principalmente ao terreno do sexual. No comportamento sexual, se distinguiu sempre entre o prazer e a procriação. No entanto, ao criarem-se os novos nexos entre sexualidade e intimidade, a sexualidade se separou da procriação muito mais plenamente que antes. A sexualidade ficou duplamente constituída como meio de realização própria e como instrumento primordial e expressão da intimidade” (Giddens, 1995, p. 207, 209). Conseqüentemente, o fascinante que descobri na casa de banho para homens é o fato de considerá-la como um campo de luta em torno do capital viril, e como um objeto de luta entre seus ocupantes. Quando me refiro ao capital viril, faço alusão a um conteúdo simbólico do homem ideal, buscado naquele espaço, dotado de beleza, juventude e hiper-anatomia genital. Também considero que o capital viril está associado ao pênis como um órgão flutuante e desejado pelos ocupantes, constituindo a divindade simbólica em seus psiquismos, e, deste modo, uma experiência religiosa entre os sujeitos, porque é o objeto de adoração. Assim, a casa de banho se configura em um lugar

2 Anthony Giddens: sociólogo inglês, foi diretor da London School of Economics and Political Science (LSE). Em 1985, foi co-fundador da Academic Publishing House Polity Press. É também conhecido como o mentor da idéia da Terceira Via. Entre suas obras publicadas em português, citamos *As conseqüências da Modernidade* (Oeiras: Celta, 1992), *Capitalismo e moderna teoria social: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber* (Lisboa: Editorial Presença, 1994) e *Transformações da Intimidade - Sexualidade, amor, e erotismo nas sociedades modernas* (Oeiras: Celta Editora, 1996). (Nota da IHU On-Line)

“Esta aprovação jurídica na sociedade contemporânea pode ser uma das manifestações da descolonização das culturas, as quais têm sido submetidas pelas estruturas androcêntricas, patriarcais e machistas”

físico, transferido desde os psiquismos, no qual se adora o pênis nos corpos masculinos dos sujeitos, neste sentido, como um templo sagrado dedicado à ritualização do pênis em seu estado ereto. Como caráter de observação, uma descoberta importante se refere à identificação da reprodução do machismo entre homens nas lógicas de produção e consumo do mercado gay, porque alguns tratam os outros homens como se fossem mulheres, e a magnificação exagerada do pênis constitui relações assimétricas, ao ponto que se pode equiparar com a reprodução do patriarcado, e deste modo, pode aludir-se a uma espécie de “patriarcado gay”.

IHU On-Line - Qual é a sua opinião sobre a relação civil homossexual? Essa aprovação jurídica contribui em que sentido para entendermos as transformações na sociedade contemporânea?

Dário García - A relação civil homossexual está associada às lutas de emancipação dos sujeitos que vivem o acontecimento dos “homens que se apaixonam por outros homens”, que são objeto das formas de violência simbólica expressadas através da homofobia, como uma expressão inconsciente da misoginia. Deste modo, uma legitimação da relação civil constitui um direito humano no desenho das políticas para a construção de novas cidadanias e na autenticidade das formas de ser da dignidade humana. Esta aprovação jurídica na sociedade contemporânea pode ser uma das manifestações da descolonização das culturas, as quais têm sido submetidas pelas estruturas androcêntricas, patriarcais e machistas. Isto constitui um ponto de partida para devir as compreensões legitimadas das formas de intimidade que haviam sido reprimidas e reprovadas na tradição das sociedades marcadas por uma moral ortodoxa.

IHU On-Line - Como essa questão do casamento gay é vista pela sociedade e pela Igreja da Colômbia? Acha que

o povo latino-americano encara com mais ou menos preconceito as uniões homoafetivas?

Dário García - Cabe aqui mencionar a homofobia, não tanto como uma aversão, mas como um temor, que se produz no inconsciente dos/as sujeitos diante do caso dos “homens que se apaixonam por outros homens”. Esta delimitação nos permite compreender porque existe uma repulsa à união e à convivência entre iguais. O caso, para o catolicismo, segue uma antropologia teológica, que é heterossexista, coitocêntrica e reprodutionista, dado que o fundamento é o contexto judeu-cristão e alude à bendição de Deus à fertilidade e à prole. Deste modo, a sacramentalidade para vincular a união entre iguais é inadmissível para a cristandade, e em particular para o catolicismo. Mesmo que a dimensão da sacramentalidade não seja possível em razão do imaginário da sodomia e do pecado nefando, é importante aludir à importância que as comunidades de crentes devem outorgar-lhe em respeito às uniões entre iguais, dado que isto permite arrematar-lhes uma posição eclesial da dignidade humana, a possibilidade para o desenho de hermenêuticas teológicas que permitam discorrer na tolerância, e o melhoramento na qualidade de vida para evitar formas discriminatórias e/ou excludentes.

IHU On-Line - Como definir o amor homossexual? Como se dá a troca de carinhos e a ajuda mútua entre casais gays?

Dário García - É importante aludir novamente à expressão “patriarcado gay”, pela magnificência do pênis, para demarcar que isto pode gerar relações de assimetrias e dominação entre homens, não só no trato entre seus corpos, mas também no jogo de funções, nas quais se observam o jogo do imediatismo do lúdico, hedônico e erótico das relações entre homens, contextualizadas nas ló-

gicas de produção e consumo do mercado gay. A delimitação mencionada permite identificar os entraves que, às vezes, nos impedem de compreender o amor entre iguais como um sentimento humano, que permite a um sujeito sair de si mesmo para transcender a outro, expressado na cotidianidade para outorgar-se um sentido à existência e constituir-se em horizonte de realização humana.

IHU On-Line - Como os homens gays lidam com a questão da masculinidade e da virilidade?

Dário García - Nos deparamos ante as lutas das visões errôneas, ante os “homens que se apaixonam por outros homens” porque os associamos a estados psíquicos e comportamentais mulheris, outorgando-lhes adjetivações com uma linguagem excludente feminilizada, por exemplo, “louca”, “maricas” etc. Mas cabe aludir também às mesmas auto-identificações que alguns deles fazem de si mesmos nas formas de feminilização de sua identidade, se auto-considerando e se auto-referindo como se fossem mulheres. Por exemplo, em suas linguagens, adotam uma alusão ao papel feminino e em suas ademães caricaturizam as posturas femininas. Esta questão de trabalhar a masculinidade e a virilidade se constitui em um desafio, porque a maioria dos “homens que se apaixonam por outros homens” se preocupa e antepõe a orientação sexual aos assuntos de reflexão acerca de sua masculinidade. Da mesma forma, na maioria dos casos, evadem uma atitude crítica ante as formas de compreensão da virilidade, reproduzida nas lógicas de uma espécie de machismo gay. Este pode associar-se, como mencionei, a uma estrutura de “patriarcado gay” latente nas lógicas de produção e consumo gay, os quais impõem no inconsciente coletivo dos sujeitos que os freqüentam uma forma de ser identitária hegemônica. Deste modo, estas lógicas poderiam configurar-se em dispositivos de dominação. Assim, podemos compreender que o “gay” pode se converter em um dilema, porque o que denominamos “gay” como um lugar de libertação para uma livre expressão dos sujeitos pode constituir-se em estado de alienação. Isto se constitui no desafio da humanização das relações e das uniões entre iguais para vivenciar a plenitude humana com dignidade.

A homossexualidade é bem-vinda quando conduz a uma “boa vida”

O holandês Erik Borgman fala sobre a união homossexual sob a ótica europeia

POR GRAZIELA WOLFART

“A homossexualidade é vista pela Igreja como um problema, porque provoca rupturas na ligação intrínseca entre sexualidade e procriação e vai, conseqüentemente, ‘de encontro à natureza’.” Essa é a visão do professor e escritor holandês Erik Borgman, apresentada e defendida na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Na Radboud University Nijmegen, dos Países Baixos, Borgman foi diretor do Heyendaal Institute, órgão de pesquisas interdisciplinares. É o biógrafo do teólogo Edward Schillebeeckx (teólogo holandês, frei dominicano, considerado um dos mais importantes peritos oficiais do Vaticano II e um dos mais importantes teólogos do século XX). Foi também presidente da International Society for Religion, Literature and Culture, e foi editor da *Concilium: International Journal for Theology* (publicada no Brasil pela Editora Vozes). Atualmente, é o editor do *Dutch Tijdschrift voor Theologie*. É autor de, entre outros, *Edward Schillebeeckx: a theologian in his history* (New York: Continuum, 2003).

IHU On-Line - A homossexualidade pode ser vista como uma evolução da lei natural humana? Ou ela faz parte da natureza humana deste os primórdios da criação?

Erik Borgman - Eu penso que nós devemos aceitar que não há nada na natureza humana que seja estável e dado simplesmente. A natureza humana é sempre constituída por formas culturais específicas. E estas são, por sua vez, construídas pela definição histórica. O que chamamos hoje de homossexualidade não existia antes da modernidade, embora houvesse, naturalmente, relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Isso significa que não podemos dizer, em minha opinião, que a homossexualidade deve ser aceita somente porque a orientação homossexual é “natural” para algumas pessoas. A homossexualidade deve ser aceita, e ainda mais, bem recebida, se, e quando, ela se mostrar como um caminho de conduzir a uma “boa vida”. Religiosamente falando, é nosso dever encontrar formas para construir uma “boa vida” possível. Uma boa vida para os seres humanos significa, entre outras coisas, uma vida com relacionamentos embasados na responsabilidade mútua e na confiança. Mas o que significa ser “responsável” e “confiável” em situações históricas concretas é algo a ser descoberto, que não sabemos de antemão. Nós estamos, para sempre, inseridos no processo de inventar a boa vida.

IHU On-Line - Como Ratzinger tem conduzido, na sua opinião, a questão da união entre homossexuais?

Erik Borgman - A hierarquia da Igreja Católica apresenta a homossexualidade como um dos sinais de que a Europa se afastou dos valores cristãos e abraçou uma “cultura da morte”. A homossexualidade é vista pela Igreja como um problema, porque provoca rupturas na ligação intrínseca entre sexualidade e procriação e vai, conseqüentemente, “contra a natureza”. Isso, eu argumento, é uma visão unilateral (e contrária à perspectiva da tradição clássica, como expressa Tomás de Aquino), da interpretação da lei natural. Para ser sincero, a idéia que defendo em minha opinião teológica em relação ao casamento como sacramento é a de que a sexualidade humana e a intimidade corporal são aspectos da criação que contribuem para a verdadeira “boa vida”, chamada no Novo Testamento de “reino de Deus”. A Igreja deve estar aberta à idéia de que as relações homossexuais podem ter uma qualidade sacramental. O aspecto mais problemático da posição da igreja hierárquica é o fato de que reforça os olhares conservadores sobre as uniões civis homossexuais, nos quais a homossexualidade é vista como um perigo para os valores europeus e deve, conseqüentemente, ser combatida onde quer que se apresente.

IHU On-Line - Com que olhos a sociedade européia vê a união civil entre pessoas do mesmo sexo? Qual é a influência da Igreja Católica nesse sentido?

Erik Borgman - Não há uma única opinião européia sobre a homossexualidade, sobre relacionamentos homossexuais e sobre uniões civis entre pessoas do mesmo sexo. A tendência é, entretanto, em diferentes países, permitir que pessoas do mesmo sexo realizem, ao menos, uma união civil. Na base disto, está geralmente a idéia da igualdade: pessoas em relacionamentos homossexuais devem ter os mesmos direitos e vantagens legais que pessoas de relacionamentos heterossexuais. Isto tem sido mais fácil

“A Igreja deve estar aberta à idéia de que as relações homossexuais podem ter uma qualidade sacramental”

de estabelecer em países de tradição protestante do que em países de tradição católica. Especialmente nos países latinos, onde a Igreja Católica ainda está com a estima social mais elevada, os debates em torno deste assunto foram e ainda são muito fortes. Mas há algumas iniciativas para permitir as uniões civis de pessoas do mesmo sexo na Espanha e na Itália e, eventualmente, isso provavelmente acontecerá.

IHU On-Line - Em sua experiência como editor da revista *Concilium*, como aparece na mídia, em geral, e na imprensa teológica e cristã a relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo?

Erik Borgman - Eu não tenho nenhum olhar geral sobre “a” imprensa cristã e teológica em relação a esse tema. O que sei, entretanto, é que a larga aceitação da homossexualidade nos Países Baixos tem muito a ver com o fato de que as pessoas vêem os homossexuais como “pessoas comuns”, com os mesmos interesses, mas também com as mesmas esperanças que todo mundo. Há homossexuais em toda parte, na Igreja e em qualquer outro lugar, e isso não conduz a nenhum problema: isto é o que os torna aceitáveis. Além do fato, naturalmente, de que muitas pessoas têm filhos ou netos que são homossexuais. Nos Países Baixos, há uma tendência para a abertura, também na imprensa teológica e eclesial, aos relacionamentos homossexuais. Mas há também o medo individual das pessoas que trabalham na Igreja de que podem perder seus empregos, ou que podem perder um novo compromisso caso se tornar de conhecimento comum que estão vivendo com alguém do mesmo sexo.

IHU On-Line - Edward Schillebeeckx pode ajudar na abertura de diálogo dentro da Igreja em relação a essa questão da união entre homossexuais?

Erik Borgman - Nos anos 1960, Schillebeeckx escreveu um livro sobre casamento, no qual apresenta desenvolvimentos recentes e mudanças na experiência dos relacionamentos. Na obra, a sexualidade não é nenhum problema para a igreja, mas deve ser vista como um dos lugares onde a presença graciosa de Deus se faz presente e pode ser experimentada de novas formas. Esta é, para mim, uma aproximação ainda importante, que pode nos ajudar. Entretanto, o prestígio de Schillebeeckx com a igreja hierárquica declinou severamente nas últimas décadas, assim que, num sentido político, não nos ajudará muito apelar a seu trabalho.

IHU On-Line - Na Holanda, já é autorizada a união civil entre homossexuais. No entanto, mesmo com o direito civil garantido, essas pessoas têm os direitos sociais e o respeito e a dignidade garantidos?

Erik Borgman - De acordo com a lei holandesa, para pessoas em um relacionamento homossexual, há a possibilidade de ser feito um registro civil oficial de parceria, mas também de casar-se oficialmente. E nas igrejas protestantes mais liberais é possível comemorar também a união entre pessoas do mesmo sexo na igreja. De fato, isto é freqüentemente possível na Igreja Católica também – não, naturalmente, uma união oficial, mas com uma benção para o relacionamento. Eu não sou um advogado, mas, até onde sei, isso significa que os direitos e a proteção legal das pessoas em uma união homossexual são iguais àsquelas das pessoas em uma união heterossexual. Os direitos em parcerias civis são um tanto menores e um pouco mais restritos, no que está estritamente ligado às matérias legais e financeiras (posse comum da casa, direitos de pensão após a doença do parceiro, direitos de herança de propriedades etc.). Experimente colocar vários casais heterossexuais vivendo também em parcerias civis!

Respeito à dignidade humana: um elo para a liberdade nas relações afetivas

O temor de Juan Masiá é o de que ainda estamos longe de um reconhecimento oficial da celebração religiosa de união entre homossexuais

POR GRAZIELA WOLFART

O jesuíta Juan Masiá é professor de Ética na Universidade Sofia (Tóquio) desde 1970. Foi diretor da Cátedra de Bioética da Universidade Pontifícia Comillas, assessor da Associação de Médicos Católicos do Japão, conselheiro da Associação de Bioética do Japão, pesquisador do Centro de Estudos sobre a Paz da seção japonesa da Conferência Mundial das Religiões pela Paz (WCRP), além de colaborador do Centro Social “Pedro Claver” da Companhia de Jesus em Tóquio. Seu site pessoal, intitulado *Vivir y Pensar en la Frontera* é um rica fonte de consulta para os temas latentes em nossa sociedade. E pode ser consultado em <http://blogs.periodistadigital.com/vivirypensarenlafrontera.php>.

Na entrevista que segue, feita por e-mail pela IHU On-Line, Juan Masiá fala sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo e afirma: “temos de reconhecer que a reflexão antropológica sobre este tema tem chegado com atraso em relação às situações de fato”. Para ele, “o critério ético das relações humanas é o respeito mútuo à dignidade humana por parte de pessoas que se querem e se ajudam a crescer mutuamente. E este critério vale para avaliar uma relação de um casal, tanto heterossexual como homossexual”.

IHU On-Line - Considerando a possibilidade de união civil entre pessoas do mesmo sexo, o senhor acredita que ainda estejamos longe de uma celebração religiosa entre homossexuais, que também podem sonhar com a bênção de Deus para seu relacionamento?

Juan Masiá - Conhecendo a lentidão das mudanças na Igreja, assim como os medos e tabus que existem em torno desta questão, não só entre a hierarquia eclesial, como também entre o povo crente em diversas partes do mundo, receio estarmos longe de um reconhecimento oficial de tal celebração. Isso não impede, no entanto, que ante a situação de diversas pessoas em circunstâncias muito variadas se atue com flexibilidade pastoral, bendizendo tal união no foro da consciência e no seio de comunidades que a compreende. Conheço, de fato, um caso em

que isso foi realizado de modo muito apropriado e discreto.

IHU On-Line - Como é, hoje, o comportamento por parte da Igreja em relação a um casal de orientação homossexual que é católico e a frequência?

Juan Masiá - Conheço comunidades, sacerdotes e agentes de pastoral que acolhem esta situação com naturalidade e normalidade, mas lamento que são exceções.

IHU On-Line - Em que sentido a Santa Sé deveria avançar nessa questão da homossexualidade no intuito de caminhar com as mudanças da sociedade? O que o senhor pensa sobre a postura do Vaticano em relação a esse assunto?

Juan Masiá - Mais do que se pôr a caminhar no ritmo das mudanças na so-

ciiedade, creio que a razão fundamental para mudar de atitude ante estas pessoas e para modificar as restrições atuais na prática pastoral se baseia em levar a sério o ensino sobre não discriminar injustamente, tal como aprendemos nas palavras de Paulo: “Já não há em vossa comunidade distinção de judeus e gregos, escravos ou livres, homens ou mulheres, pois todos e todas se fazem um, mediante Jesus, o Cristo” (Gal 3, 28). Assim, tentei expor brevemente no capítulo 13 de *Tertulias de Bioética* (Sal Terrae, 2005; Trotta, 2006; traduzido no Brasil pelas Edições Loyola, de São Paulo, em 2007).

IHU On-Line - Qual é o papel dos políticos católicos em relação à lei que aprova a união civil homossexual?

Juan Masiá - Pode haver, entre as pessoas católicas que desempenham

um papel na política, diversidade de opiniões sobre a lei, assim como há o debate sobre se a referida união deve ser chamada ou não de matrimônio. Se têm motivos para lutarem contra, deveriam fazê-lo alegando razões para serem discutidas no debate plural e democrático. Mas não deveriam sentir-se obrigados a se opor a todo custo somente pela razão de seguir cegamente a postura expressada oficialmente pela Igreja. Se decidem se opor, deveriam dar razões compartilhadas por diferentes pessoas, independentemente de suas crenças religiosas. Uma vez que a lei foi aprovada pela maioria parlamentar, deveriam aceitar as regras do jogo democrático e não violá-las em nome de posturas religiosas convertidas em ideologia.

IHU On-Line - Para o senhor, quais são as diferenças entre a sociedade latino-americana e a sociedade japonesa em relação à união civil entre pessoas do mesmo sexo?

Juan Masiá - Não estou em condições de opinar sobre a sociedade em diversos países latino-americanos. No Japão, percebo demasiados tabus e falta de capacidade para dialogar abertamente, não só no tema das relações homossexuais, como também em outros temas de direitos humanos como, por exemplo, a igualdade de tratamento à mulher, o respeito à intimidade ou o tratamento desumano nas prisões, sobretudo no caso de pessoas condenadas à pena capital.

IHU On-Line - E o que o senhor pensa sobre a união civil entre homossexuais? Acredita mesmo que, como diz a Igreja, essas pessoas devam manter a castidade?

Juan Masiá - Temos de reconhecer que a reflexão antropológica sobre este tema tem chegado com atraso em relação às situações de fato. Por outro lado, as mudanças legais têm acontecido em diversos países com ritmo e velocidade diversa. Seria desejável que, antes de polarizar-se politicamente o debate nos parlamentos, se tivesse podido debater serenamente, no âmbito da cidadania, levando em consideração os aspectos jurídicos, psicológicos ou sociológicos. Quanto à

referência ao tema da castidade, penso que se sugere desfocar por tratá-lo desde a perspectiva da chamada “moral ou ética da sexualidade”. Parece-me preferível não polarizar-se no tema das relações sexuais exclusivamente. Haveria que enfocá-lo partindo de uma “ética das relações humanas”. O critério ético das relações humanas é o respeito mútuo à dignidade humana por parte de pessoas que se querem e se ajudam a crescer mutuamente. Este critério vale para avaliar uma relação de um casal, tanto heterossexual como homossexual, ou também as relações de amizade e companheirismo entre pessoas que vivem em comunidade

“Uma vez que a lei foi aprovada pela maioria parlamentar, deveriam aceitar as regras do jogo democrático e não violá-la em nome de posturas religiosas convertidas em ideologia”

por terem feito uma opção de celibato por motivação religiosa. Se esse critério for observado, a relação é boa. Do contrário, não é. Não se deve definir a moralidade polarizando-se exclusivamente na relação sexual no sentido estrito da palavra. Mas isto supõe que temos uma ética de critérios e não de receitas.

IHU On-Line - Que tipo de dilema e dificuldades um homossexual católico (homem ou mulher) costuma enfrentar? Que tipo de conflito interno e de fé aparece aí?

Juan Masiá - Tenho tratado em consul-

tas pastorais com pessoas que, em vez de sentirem-se ajudadas por sua fé, tinham maiores dificuldades na hora de resolver conflitos internos, em razão da culpabilidade proveniente da maneira como haviam sido educadas em suas crenças e por sentirem-se excluídas da comunidade eclesial. Nesses casos, antes do problema dos conflitos que podem surgir pela orientação sexual, é preciso desmontar culpabilidades patológicas e corrigir a imagem que têm (ou na qual foram educadas) sobre Deus, sobre culpa e perdão ou sobre o enfoque evangélico da moralidade.

IHU On-Line - Qual é a sua opinião sobre a questão da homossexualidade dentro da Igreja? Podemos vislumbrar a possibilidade de termos sacerdotes com orientação homossexual?

Juan Masiá - Tanto com uma orientação sexual homossexual, heterossexual ou inclusive assexuado, o problema não é a orientação, mas a opção pela vocação, se tem aptidão para ela e se há condições de seguir esse caminho. Lembro que, quando anunciei que iria para o noviciado, alguém comentou, com ironia: “É por que você não gosta de meninas?”. A brincadeira me incomodou e protestei dizendo que não é condição para escolher este caminho ser insensível, frígido, desumano ou assexuado. Hoje, expressaria isso de forma mais suave e serenamente dizendo: “Tanto uma pessoa de orientação heterossexual ou uma pessoa de orientação homossexual, ou inclusive assexuada, o que deve se sugerir, antes de optar por este caminho, é se está decidida a crescer na integração de sua sexualidade em sua personalidade, com o objetivo de capacitar-se para tratar com maturidade com homens e mulheres diferentes, sem inibir-se”.

LEIA MAIS...

>> Juan Masiá também concedeu entrevistas às Notícias do Dia do sítio do IHU. Confira o material na nossa página www.unisinos.br/ihu.

* “Minha demissão é um atentado aos direitos humanos”

* “Há grandes diferenças entre a base e a cúpula da Igreja”

O direito homoafetivo, que contempla os segmentos GLBTs, é uma conquista

A abertura da Igreja é crescente, apesar das resistências, afirma Luís Corrêa Lima sobre a postura religiosa em relação ao homossexualismo

POR GRAZIELA WOLFART

“**A** adoção de crianças por casais gays é algo que mexe com paradigmas fundamentais, que são a família e a filiação. E muitos se assustam com isto”, afirma o Luís Corrêa Lima, ao analisar as uniões homoafetivas, em entrevista por e-mail para a **IHU On-Line**. Graduado em Administração pela FGV-SP, e em Filosofia e Teologia, pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, em Belo Horizonte, ele fez mestrado em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), e doutorado em História na Universidade de Brasília (UnB). Padre jesuíta, atualmente, é professor no Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, e membro do seu programa de pós-graduação. Leciona também no Departamento de Teologia da mesma Universidade, além de desenvolver pesquisas sobre diversidade sexual, cidadania e religião. É autor de *Teologia de Mercado – Uma visão da economia mundial no tempo em que os economistas eram teólogos* (Bauru: EDUSC, 2001).



Divulgação

IHU On-Line - O senhor acredita que “novos ventos” estão soprando na Igreja Católica em relação à união homossexual?

Luís Corrêa Lima - Sim. A Igreja está alicerçada na milenar tradição judaico-cristã, mas, ao mesmo tempo, está espalhada pelo mundo e vivendo na cultura moderna. Ela é sempre um microcosmo interagindo com a sociedade na qual está mergulhada. A despatologização da homossexualidade, a renúncia às terapias de reversão e a reivindicação de direitos homoafetivos trazem um novo enquadramento para esta realidade social. Muitos fiéis católicos – leigos e clérigos, religiosos e teólogos – acolhem os gays e são bastante sensíveis à sua situação. A abertura da Igreja é crescente, apesar das resistências.

IHU On-Line - Qual é a importância do fato de o novo presidente da Conferência dos Bispos da Alemanha, Robert Zollitsch, declarar-se a favor da

união civil dos homossexuais?

Luís Corrêa Lima - Trata-se de uma grande conferência episcopal, situada no país do papa e com forte influência na Igreja. Um presidente de uma conferência de bispos não faria uma declaração dessas sem o respaldo interno de seus pares, os outros bispos, e sem um amplo consenso da Igreja local. O discurso eclesialístico sempre se pautou pela defesa da família tradicional, fundada na união indissolúvel entre um homem e uma mulher. Outras formas de união – solúveis, homoconjugais ou não monogâmicas – eram vistas como ameaça. Zollitsch considera a legalização das uniões homoafetivas como um dado da realidade social que demanda um procedimento adequado. Há pessoas de condição homossexual, e o Estado deve adotar uma legislação correspondente. Não há ameaça à união heterossexual.

IHU On-Line - Qual é a sua opinião sobre a forma como o Vaticano e o

Papa encaram a união entre pessoas do mesmo sexo?

Luís Corrêa Lima - Há uma mudança recente no Vaticano. No tempo de João Paulo II, a pregação era bem dura: as uniões homossexuais eram “nocivas” à sociedade, e deveria haver oposição clara e incisiva ao seu reconhecimento legal, sobretudo dos políticos católicos. Já o papa Bento XVI tem uma postura diferente. Ele condena com veemência o uso do termo “matrimônio” para as uniões homoafetivas, mas é moderado ao se opor ao seu reconhecimento civil. O papa diz que este reconhecimento “parece perigoso e contraproducente”, pois enfraqueceria a família tradicional. Os termos, portanto, não são taxativos e dão margem ao diálogo. “Parece” não significa necessariamente que seja, e “perigoso” não quer dizer inadmissível. A legalização pertence à esfera do Estado, instituição independente da Igreja, que lida com a vida de crentes diversos e não crentes. Quanto ao suposto risco para

a família tradicional, isto é bastante questionável. União homo e união hetero são de naturezas distintas e não concorrem entre si.

IHU On-Line - Como o senhor vê a união civil entre gays? Qual é a contribuição disso para a compreensão das transformações de nossas sociedades?

Luís Corrêa Lima - Nós vivemos um novo ciclo civilizatório, a modernidade. Ele se caracteriza, entre outras coisas, pela centralidade do indivíduo e pela secularização, que é a autonomia de realidades mundanas frente à religião. Daí resulta a separação entre Igreja e Estado e a autonomia das ciências. A centralidade do indivíduo se traduz nos direitos humanos, que restringem o poder do soberano frente o súdito e ampliam a liberdade do indivíduo em relação à coletividade. Os direitos humanos foram se desdobrando em categorias que o indivíduo faz parte ou se relaciona. Assim, temos os direitos da mulher, do idoso, da criança, das etnias, o direito ambiental, etc. Agora, surge o direito homoafetivo, que contempla os segmentos GLBTs.

IHU On-Line - Se o termo “matrimônio” é reservado apenas para uniões heterossexuais, que nomenclatura poderíamos utilizar no caso de uniões homoafetivas?

Luís Corrêa Lima - A bem da verdade, ninguém controla totalmente o significado dos termos. É a chamada “virada lingüística” da modernidade recente. De qualquer maneira, muitos não fazem questão do termo “matrimônio”. No Brasil, há um projeto de lei de união civil, da então deputada Marta Suplicy.¹ Ele prevê que “matrimônio” e “casamento” fiquem reservados às uniões heterossexuais, em razão de suas implicações ideológicas e religiosas. Para as uniões do mesmo sexo, empregam-se “parceria” e “união civil”. Algo semelhante fez a Suprema Corte do Estado norte-americano de Nova Jersey. Ela reconhece os mesmos

“Nos tempos bíblicos a mulher era propriedade do homem assim como a casa, o escravo e o jumento (Êxodo, 20). A função dela era gerar descendentes para a família do marido. Caso ficasse viúva e sem filhos, ela precisaria se casar com o cunhado para cumprir esta função. Houve uma mudança enorme até os dias de hoje”

direitos às duas formas de união, mas usa “matrimônio” somente para homem e mulher. Também a Igreja Luterana da Suécia autorizou a benção de uniões homoafetivas, mas sem considerá-las como um “matrimônio”.

IHU On-Line - Em que medida o reconhecimento jurídico da união homossexual interfere na concepção atual de família e na questão da reprodução humana? Onde entra, neste caso, a questão da adoção de crianças por casais gays?

Luís Corrêa Lima - A família e o matrimônio estão em constante mudança. Nos tempos bíblicos, por exemplo, a mulher era propriedade do homem assim como a casa, o escravo e o jumento (Êxodo, 20). A função dela era gerar descendentes para a família do marido. Caso ficasse viúva e sem filhos, ela precisaria se casar com o cunhado para cumprir esta função. Houve uma mudança enorme até os dias de hoje.

E as mudanças continuam. A adoção de crianças por casais gays é algo que mexe com paradigmas fundamentais, que são a família e a filiação. E muitos se assustam com isto. Os bispos norte-americanos enfrentaram esta questão. Eles são contra este tipo de adoção. No entanto, aprovaram recentemente o batismo de crianças sob a responsabilidade de casais gays, desde que haja o propósito de educá-las no catolicismo. E muitas escolas católicas nos Estados Unidos recebem estas crianças. Em muitos lugares, elas convivem com outras crianças sem problemas ou reclamações dos pais. As mudanças na sociedade contribuem para a boa aceitação e convivência.

IHU On-Line - Quais são as consequências sociais para os homossexuais que são apontados pela Igreja e pela sociedade como pessoas “doentes”, “perigosas”, “nocivas”?

Luís Corrêa Lima - Quem obedecer ao Catecismo da Igreja Católica nunca vai agredir ou xingar um homossexual. Vai tratá-lo, sim, com respeito e delicadeza. Porém, a linguagem é bem dura com os atos homoeróticos, considerados “graves depravações” e intrinsecamente desordenados. Na lista de pecados que “bradam ao céu” por punição divina está o pecado de Sodoma (Gênesis 19). Trata-se de uma tentativa de estupro feita aos hóspedes do patriarca Ló. Nada tem a ver com o amor entre pessoas do mesmo sexo. Entretanto, a tradição judaico-cristã e o catecismo o associam à homossexualidade. Isto favorece uma imagem bastante negativa dos gays, vistos como ameaça à sociedade. Alguns no próprio clero criticam esta linguagem dura da hierarquia, apontando o efeito devastador que ela tem na auto-estima de gays, lésbicas e seus familiares.² No Brasil, não se deve esquecer o assassinato sistemático de travestis, o suicídio de adolescentes que se descobrem homossexuais, a depressão pela qual muitos passam e o sofrimento dos pais que não aceitam seus filhos gays.

1 Marta Suplicy (1945): política e psicóloga brasileira e atual ministra do Turismo. Autora de vários projetos de lei, sendo que um deles defende a parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo. (Nota da IHU On-Line)

2 Carta Aberta à Hierarquia da Igreja Católica Romana sobre a Solicitude Pastoral com Pessoas Gays e Lésbicas, in www.diversidadecatolica.com.br/bibliografia_carta_aberta.asp.

Padrão hetero: uma verdade imutável?

As igrejas reforçam a cultura da marginalidade e clandestinidade que nega direitos, dignidade e humanidade para indivíduos e comunidades gays e lésbicas, avalia Nancy Cardoso, pastora da Igreja Metodista

POR GRAZIELA WOLFART

Para a congregação metodista, relações de afeto entre homossexuais estão diretamente ligadas ao pecado. Segundo Nancy Cardoso, a Igreja não tolera a existência de grupos ou reflexões mais liberais que atuariam para garantir os direitos a gays e lésbicas. Entretanto, ela destaca que algumas instituições religiosas aceitam a celebração de uma bênção aos casais, mas não igualam a união a uma cerimônia de casamento.

Para ela, a discussão ética sobre a união civil entre homossexuais não deve considerar a orientação sexual da pessoa como fator primordial, mas, sim, “deve ser avaliada por relações que tornem as pessoas melhores, mais amadas-amáveis, mais responsáveis e felizes”. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ela reforça que o tema não deve ser discutido por igrejas que “não aceitam dialogar, estudar, avaliar e discutir”. E dispara: “O que as igrejas deveriam discutir é o lugar das famílias na dinâmica de reprodução da desigualdade, da exploração, da submissão”.

Nancy Cardoso, pastora metodista, vive no Rio de Janeiro. É graduada em Teologia, pelo Centro Universitário Metodista do Rio de Janeiro, fez licenciatura em Filosofia, pela Universidade Metodista de Piracicaba, e mestrado e doutorado em Ciências da Religião, pela Universidade Metodista de São Paulo. Concluiu o pós-doutorado em História Antiga, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente, é integrante do conselho editorial da *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana* e assessora de formação da Comissão Pastoral da Terra.

IHU On-Line - Como a Igreja Metodista vê a união civil entre pessoas do mesmo sexo?

Nancy Cardoso - De maneira negativa. A carta pastoral dos bispos/bispa metodistas do Brasil (www.metodista.org.br/download?arquivo=carta_homossexualismo.pdf),¹ de abril de 2000, qualifica a homossexualidade como pecado, colocando-se numa postura de “respeito” e amor aos “pecadores” (tanto quanto mentirosos, maldizentes e injustos) e não aceitando qualquer atitude preconceituosa e discriminatória. Os argumentos levan-

tados pelo documento dos bispos/bispa são exclusivamente bíblicos sem qualquer tratamento exegético-literário ou histórico-antropológico. Na prática, a Igreja Metodista não mantém um processo de estudo sobre o assunto nem tolera a existência de grupos ou reflexões mais liberais que atuariam no campo da garantia de direitos. Outras igrejas metodistas no mundo têm posturas diferentes ou mais complexas: na Grã-Bretanha, foi anunciada, em 2005, a possibilidade de uma cerimônia de bênção para casais do mesmo sexo, o que não deve ser considerado cerimônia de casamento (www.guardian.co.uk/2005/jun/30/religion.gayrights); nos Estados Unidos, a situação é bem mais complexa por conta da forte cultura de direitos civis e individuais e a existência de grupos

organizados de gays e lésbicas metodistas. Nos últimos 20 anos, a Igreja nos Estados Unidos vem se debatendo com o assunto (http://www.religious-tolerance.org/hom_umc6.htm), mantendo uma posição contrária, mas sem uma unanimidade tranquila.

IHU On-Line - Por onde deve passar uma discussão ética sobre a homossexualidade no que diz respeito à união civil entre pessoas do mesmo sexo?

Nancy Cardoso - Qualquer forma de união, organização e associação deve ter como critério ético vital a humanização, isto é, deve ser avaliada por relações que tornem as pessoas melhores, mais amadas-amáveis, mais responsáveis e felizes. Qualquer casamento, qualquer relacionamento, deve promover a integridade e a plena

1 Carta assinada pelos Bispos da Igreja (abril de 2000): Paulo Tarso de Oliveira Lockmann, Rozalino Domingos, Adolfo Evaristo de Souza, Josué Adam Lazier, João Alves de Oliveira Filho, João Carlos Lopes, Adriel de Souza Maia e David Ponciano Dias. (Nota da IHU On-Line)

realização de pessoas e suas comunidades. Neste sentido, tanto casamentos hetero como homo podem ser expressões de dolorosas relações, marcados por relações de poder violentas e desiguais, movidas pela submissão e exploração. A discussão ética não passa pela orientação sexual da pessoa, mas pela qualidade da união.

IHU On-Line - Como a senhora vê a questão da criminalização da homossexualidade?

Nancy Cardoso - O padrão heterossexual que governa as lógicas institucionais, jurídicas, comportamentais e afetivas trata de invisibilizar seu caráter cultural e de impor, pela via da criminalização, a “naturalidade” e a “normatividade” hetero.

IHU On-Line - Qual é a sua avaliação da forma como as igrejas cristãs têm conduzido a questão da homossexualidade? Essa postura contribui para a manutenção dos mecanismos de culpa e castigo para quem não aceita a imposição da heterossexualidade?

Nancy Cardoso - A homossexualidade não é uma questão para as igrejas no Brasil, isto é, as igrejas não aceitam dialogar, estudar, avaliar e discutir. Assumem o padrão hetero como verdade revelada, como de natureza estrutural da criação divina, negando toda e qualquer visão da complexidade da sexualidade e da dinamicidade das formas de organização social do amor, dos afetos, da erótica e da vida familiar. O pior disso tudo não é a culpa nem o castigo, e sim a participação no reforço da interdição social, no fortalecimento da cultura de marginalidade e clandestinidade que nega direitos, dignidade e humanidade para indivíduos e comunidades gays e lésbicas. Por outro lado, a dedicação conservadora, obsessiva e fundamentalista das igrejas aos temas morais e comportamentais mostra a irrelevância das igrejas em temas cruciais da vida social, da vida econômica. As questões morais acabam sendo um prêmio de consolação para um cristianismo que não tem mais vitalidade para discutir cultura, relações de poder, mercado e alienação, exploração do trabalho e da erótica.

“As igrejas assumem o padrão hetero como verdade revelada, como de natureza estrutural da criação divina negando toda e qualquer visão da complexidade da sexualidade e da dinamicidade das formas de organização social do amor, dos afetos, da erótica e da vida familiar”

IHU On-Line - Insistir na defesa somente da união entre pessoas de sexo oposto pode ser uma forma de manutenção do patriarcado?

Nancy Cardoso - Claro! A insistência está na manutenção da família burguesa-patriarcal, formatada para produção e o consumo. O que as igrejas deveriam discutir é o lugar das famílias na dinâmica de reprodução da desigualdade, da exploração, da submissão, vitais para a manutenção do capitalismo. Mas o que interessa é manter o padrão! Não alterar as hierarquias de poder. As igrejas no Brasil são expressão desse patriarcalismo que se auto-reproduz com teologias e pastorais de exclusão, alienação e minoridade política das majorias de mulheres cristãs. Neste sentido, não podem aceitar que nenhuma das peças do engenho patriarcal seja movida: nem nas questões reprodutivas, nem nas questões de propriedade, nem nas questões eróticas, nem na masculinidade etc. Deserotizadas e deserotizantes, as hierarquias masculinas se reproduzem em modelos homo-afetivos, homo-centrados, homo-narrativos, homo-socializantes. Incluem as mulheres como anexo, mas têm prazer em exercer seu homo-poder de pai, de pastor, de padre, de bispo, de cardeal, de homem!

IHU On-Line - Quem luta pelo direito à união civil homossexual costuma sofrer qual tipo de violência?

Nancy Cardoso - Na Igreja Metodista, não há espaço nem tolerância alguma para a luta por garantia de direitos para homossexuais. Mas existem os metodistas gays e lésbicas. As formas de sobrevivência são a anulação, o silêncio, a

subserviência e a infelicidade. Quem não aceitar este esquema vai sendo humilhada e excluída até o exílio forçado. São muitas as metodistas silenciadas e muitas as metodistas exiladas por conta de sua sexualidade.

IHU On-Line - O que a senhora, como pastora e mãe de dois filhos, pensa da união homossexual? Qual é a sua opinião sobre a alteração nos modelos de família tradicionais?

Nancy Cardoso - Na casa da minha mãe e do meu pai, eu aprendi a viver na família ampliada. Até quem não era parente era bem-vindo para estudar, cuidar da saúde, se esconder, conviver. Este testemunho da mãe e do pai se misturou com a experiência de igreja local, numa comunidade amorosa, com realidades familiares distintas e dinâmicas. Assim, minha experiência de Deus está marcada por esse amor humanizante de famílias que se inventam, que se ajudam, se perdoam. Já vivi em muitos formatos familiares, com pessoas amigas que criaram comigo meu filho e filha, em relações afetivas e eróticas heteros boas e ruins, e sempre encontrei em Deus e na comunidade, na família pequena e ampliada a lição maior: “No essencial, unidade; no accidental, diversidade; em tudo, caridade”. Fui acolhida e humanizada por amigos hetero e homo que têm um lugar certo e especial na minha casa, na minha mesa e no coração de meu filho e filha. Com eles e elas, eu celebro uniões amorosas e humanizadoras, peço a presença de Deus em nossas vidas e sou agradecida por toda maneira de amor que vale a pena e sigo curiosa pelos desafios e novidades que o amor vai fazendo surgir.

“As igrejas no Brasil são expressão desse patriarcalismo que se auto-reproduz com teologias e pastorais de exclusão, alienação e minoridade política das maiorias de mulheres cristãs”

IHU On-Line - No que se refere à luta pela defesa dos direitos dos gays, lésbicas e transgêneros, qual é a especificidade do povo latino-americano?

Nancy Cardoso - A pergunta é muito ampla. Respondo a partir do que venho estudando sobre religião e literatura fantástica latino-americana. Os pobres são acontecimentos plurais e complexos. Mesmo na trama analítica de classe, gênero e etnia. A vida dos pobres como acontecimento de resistência e libertação extrapola as categorias determinadas. Esta pluralidade e ambigüidade não significam a dissolução do sujeito histórico, mas sua total encarnação. As teologias feministas aprofundam radicalmente a opção preferencial pelos pobres, sabendo que eles/elas podem ser o que quiser! É um desafio gigantesco e cotidiano o enfrentamento das muitas formas de alienação: do trabalho, da terra, da dignidade e da erótica. Os processos de libertação acabam mexendo em todos os padrões de dominação, e também no padrão hetero-patriarcal. Acompanhando homens e mulheres sem-terra pelo Brasil, mais de uma vez eu já vi acontecer ou já vi alguém contar de gente conhecida que virou bicho, ficou invisível, que resistiu. De comunidades que venceram a fome, de mulheres vencidas que viraram líderes, de homens que assumem a cozinha comunitária, de jovens que decidem ficar na roça, de amores gays debaixo da lona, dos poderosos que são derrubados de seus tronos, dos famintos que são fartos.

Um debate sobre conjugalidade e parentalidade de pessoas homossexuais

Luiz Mello questiona: “Por que apenas pessoas heterossexuais podem ter o direito de se casarem?”

POR GRAZIELA WOLFART

“**P**essoalmente, creio que hoje, no campo dos direitos parentais e conjugais, a demanda mais legítima, justa e inegociável para gays e lésbicas no Brasil seria a abertura do direito ao casamento para todos os casais, independentemente do sexo de seus integrantes, incluindo o direito à adoção conjunta de crianças.” A afirmação é do professor Luiz Mello, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Ao abordar a união civil entre pessoas do mesmo sexo, ele é categórico: “O que a sociedade precisa perceber é que o casamento é uma instituição civil, destinada a regular direitos e obrigações entre pessoas que se escolhem livre e reciprocamente como parceiros sexuais e amorosos. Se são dois homens, duas mulheres ou um homem e uma mulher, isso é um detalhe, já que cabe a cada pessoa o direito de livremente decidir sobre a melhor forma de viver a sexualidade, o amor e a definição de seus projetos de vida”.

Luiz Mello de Almeida Neto fez graduação em Ciências Sociais e mestrado e doutorado em Sociologia, pela Universidade de Brasília (UnB). Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Complutense de Madrid de 2006 a 2007, como bolsista Capes. Atualmente, é professor de sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás e coordenador do Sert-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, vinculado ao Programa de Direitos Humanos (PDH) da mesma instituição. É um dos organizadores do livro *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis* (Rio de Janeiro: Garamond, 2007) e autor de *Novas famílias. Conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo* (Rio de Janeiro: Garamond, 2005).

IHU On-Line - Quais são as principais conclusões a que o senhor chegou com seu estudo comparativo sobre a lei de união civil no Brasil e o casamento homossexual na Espanha?

Luiz Mello - A pesquisa ainda está em andamento, mas algumas sinalizações já aparecem. A primeira delas é que três coisas foram fundamentais para a aprovação da lei que alterou o Código Civil espanhol, de maneira a ampliar o direito ao casamento, para casais de pessoas do mesmo sexo, incluindo adoção: mobilização unificada dos grupos LGTB em torno da proposta, apoio popular e empenho pessoal do Presidente José Luis Rodríguez Zapatero,¹ do Partido Socialista Obrero Español (PSOE). No Brasil, o movimento gay e lésbi-

¹ José Luis Rodríguez Zapatero (1960): político e professor espanhol, é o atual presidente da Espanha, desde 2004. Tornou-se o quinto presidente do governo espanhol desde a restauração democrática em 1978. (Nota da IHU On-Line)

“A sociedade ainda é, em grande medida, refratária à idéia de igualdade na esfera pública entre pessoas hetero e homossexuais”

co parece ainda não ter feito dos direitos civis para casais de pessoas do mesmo sexo sua principal bandeira de luta. A sociedade ainda é, em grande medida, refratária à idéia de igualdade na esfera pública entre pessoas hetero e homossexuais. O presidente Lula, por mais que nos últimos anos tenha se mostrado simpatizante às demandas LGTTB, nunca se posicionou de maneira inequívoca a favor da regulamentação de direitos conjugais e parentais para pessoas homossexuais e, muito menos, fez qualquer articulação política concreta com vistas à aprovação de uma lei no Congresso Nacional neste sentido. Além disso, na Espanha, à exceção do Partido Popular, todos os demais partidos votaram em bloco pela aprovação da alteração do Código Civil, sem que tenha havido necessidade de realização de um trabalho de convencimento individual de cada parlamentar. No caso do Brasil, considerando a inexistência de fidelidade partidária, o trabalho de advocacia dos ativistas LGTTB precisa ser feito com cada um dos 503 deputados e 81 senadores, o que pressupõe uma capacidade de articulação política ainda longe da realidade. Pessoalmente, creio que hoje, no campo dos direitos parentais e conjugais, a demanda mais legítima, justa e inegociável para gays e lésbicas no Brasil, seria a abertura do direito ao casamento para todos os casais, independentemente do sexo de seus integrantes, incluindo o direito à adoção conjunta de crianças. Menos que isso, trata-se de aprisionar um segmento expressivo da população brasileira no estatuto de cidadãos de segunda categoria. Afinal, por que apenas pessoas heterossexuais podem ter o direito de se casarem?

IHU On-Line - Quais são as principais novidades e os principais avanços no debate sobre a união civil homossexual no âmbito acadêmico-político no Brasil?

Luiz Mello - No ambiente político, infelizmente, há poucas novidades. Desde 1995, o projeto de lei que institui a parceria civil registrada, de autoria da então deputada Marta Suplicy, encontra-se na Câmara dos Deputados, aguardando votação. Além disso, há outros projetos de lei, como o que assegura o direito à inclusão de parceiro do mesmo sexo como dependente no plano de saúde, de autoria da deputada Maninha,² mas que não tem possibilidades de ser aprovado a curto prazo, além de ser de alcance mais restrito que o da parceria civil. Fora isso, setores do movimento social e da academia hoje discutem se os objetivos deste projeto já não estariam defasados, considerando que a sociedade já passou por grandes transformações nos últimos anos, a exemplo das sentenças judiciais que asseguram o direito de adoção conjunta de crianças a casais de pessoas do mesmo sexo, direito que estaria vetado aos casais que firmassem contratos de parceria civil, caso o projeto da deputada Marta Suplicy fosse transformado em lei, nos termos previstos no Substitutivo aprovado na Comissão Especial que o analisou em 1996.

No âmbito acadêmico, uma das iniciativas interessantes nos últimos anos foi a criação da rede de pesquisadores sobre “Conjugualidades e parentalidades no Brasil contemporâneo”, coordenada pelas professoras Miriam Grossi³ (UFSC), Anna Uziel⁴ (UERJ) e por mim. A partir desta articulação, foram organizados o livro *Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis* (Rio de

2 Maria José da Conceição Maninha: ex-deputada federal (PT/DF). (Nota da IHU On-Line)

3 Miriam Pillar Grossi: antropóloga e professora na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no departamento de Antropologia, onde coordena o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS). Confira uma entrevista concedida por ela à IHU On-Line na edição número 230, de 06 de agosto de 2007. (Nota da IHU On-Line)

4 Anna Paula Uziel: professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pesquisadora associada do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. (Nota da IHU On-Line)

Janeiro: Garamond, 2007) e o dossiê *Conjugualidades e parentalidades de gays, lésbicas e transgêneros no Brasil*, publicado na revista *Estudos Feministas*, em 2006. Além disso, tem havido discussões crescentes sobre o tema nos fóruns acadêmicos especializados, como as reuniões da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), os congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) e os encontros da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), onde em 2007 houve a apresentação de muitos trabalhos no Simpósio Temático “Conjugualidades, parentalidades e amor no Brasil contemporâneo”.

IHU On-Line - Na sua opinião, como a sociedade, de forma geral, vê o casamento entre pessoas do mesmo sexo?

Luiz Mello - A sociedade é muito heterogênea e há uma grande diversidade de opiniões, a depender do sexo, da classe social, do nível de escolaridade, da idade, da religião etc. de quem se posiciona sobre o tema. De uma maneira geral, porém, o que se observa é que, no Brasil, a palavra casamento, quando usada no contexto heterossexual, reporta-se ao fato de duas pessoas morarem juntas, independentemente de terem formalizado legalmente seus vínculos conjugais. Já no que diz respeito aos casais formados por pessoas do mesmo sexo, quando se fala em casamento, a imagem que vem à cabeça é a de dois homens ou duas mulheres reproduzindo de maneira caricata os parâmetros de uma celebração matrimonial heterossexual e violando ritos religiosos definidos como sagrados em sua intrínseca associação à diferença sexual. Proíbe-se, assim, a possibilidade de pensar no direito ao casamento para pessoas do mesmo sexo, sob o argumento de que este seria uma instituição “sagrada”, ao mesmo tempo em que a sacralidade do casamento há muito já foi abandonada no contexto das relações entre pessoas de sexos diferentes, inclusive quando se observa os divórcios e os re-casamentos se tornarem práticas sociais cotidianas. Ora, o que a sociedade precisa perce-

“Na ausência de uma lei que assegure direitos conjugais e parentais a todos os casais, as pessoas ficam reféns da boa vontade e liberalidade dos juízes”

ber é que o casamento é uma instituição civil, destinada a regular direitos e obrigações entre pessoas que se escolhem livre e reciprocamente como parceiros sexuais e amorosos. Se são dois homens, duas mulheres ou um homem e uma mulher, isso é um detalhe, já que cabe a cada pessoa o direito de livremente decidir sobre a melhor forma de viver a sexualidade, o amor e a definição de seus projetos de vida.

IHU On-Line - Como se dá o processo da construção social da conjugalidade homossexual, pensando nas transformações dos modelos de família em nossos dias?

Luiz Mello - Com o aumento crescente da visibilidade dos casais formados por pessoas do mesmo sexo, à medida que, cada vez mais, em todos os espaços e esferas da vida social, torna-se comum a presença de casais de homens e casais de mulheres, esse processo de construção social estará em curso. Ou seja, sempre que um desses casais se faz presente nas suas famílias, grupos de amigos, edifícios residenciais, locais de trabalho, igrejas, partidos políticos, associações de moradores etc. Neste sentido, a construção social da conjugalidade homossexual nada mais é do que um alargamento do sentido social prevalecente de conjugalidade, de maneira a contemplar também casais de pessoas do mesmo sexo, como uma possibilidade a mais de vivência no âmbito das relações socialmente definidas como familiares.

IHU On-Line - Como o senhor qualifica a união civil homossexual no Brasil? Está mais perto do “perigo social” ou

da plena cidadania?

Luiz Mello - Nem de uma coisa nem de outra e, ao mesmo tempo, das duas. Em alguns casos, o desamparo legal e o rechaço social atingem as pessoas com tanta violência que não há outra saída a não ser o anonimato ou o recurso às instâncias judiciais para assegurar direitos, como nas situações de disputas de heranças, guardas de crianças ou inclusão de companheiro do mesmo sexo como dependente em plano de saúde. Em outros, porém, vivemos no Brasil uma situação rara, na qual casais de pessoas do mesmo sexo conseguem adotar conjuntamente crianças, inclusive com autorização para que os nomes dos dois pais ou duas mães apareçam explicitamente nos documentos civis de seus filhos. Mas essa disparidade radical de situações é exatamente resultado da ausência de uma norma legal que assegure direitos a todos, independentemente de sua orientação sexual. Ou seja, na ausência de uma lei que assegure direitos conjugais e parentais a todos os casais, as pessoas ficam reféns da boa vontade e liberalidade dos juízes, que dispõem de uma autoridade suprema para decidir, para cada caso individualmente, se os sujeitos podem usufruir ou não de direitos que a Constituição Federal, a princípio, já assegura a todos. Ou seja, a situação hoje, no Brasil, das pessoas homossexuais é a de párias sociais, cidadãos de segunda categoria, indivíduos subumanizados, já que, embora a homossexualidade não seja definida como crime ou doença, gays e lésbicas cada vez que necessitam exercer sua cidadania no âmbito dos direitos conjugais e parentais ainda precisam recorrer ao Poder Judiciário para solicitar o reconhecimento de que são sujeitos desses direitos. Em muitos casos, lamentavelmente, este mesmo Poder Judiciário ainda nega esta prerrogativa.

IHU On-Line - Como pensar na família homossexual? Como a escola e a sociedade recebem os filhos dessa família?

Luiz Mello - Ainda com muita surpresa e falta de preparo, mas nada muito diferente do que acontecia poucos anos atrás com os filhos de desquitados e de

mães solteiras, que eram vistos quase como uma ameaça à formação moral das demais crianças na escola, um mal a ser evitado. A escola hoje, de uma maneira geral, já está preparada para lidar com o fato de que nem todas as crianças vivem na mesma casa com pai e mãe, havendo espaço para imaginar que muitas podem viver com pais/mães recasados, pais/mães solteiros, avós, tios, irmãos mais velhos e mesmo ter duas casas. Neste sentido, é preciso que se opere também a mudança cognitiva capaz de conceber a realidade de que uma criança poder viver com dois pais do mesmo sexo, sem que isso signifique que ela viva numa família “desestruturada”, “anormal”, “disfuncional”, “antinatural”, ou qualquer coisa parecida. E a sociedade em geral precisa deixar de acreditar que tais famílias representam uma ameaça de qualquer ordem. Afinal, o que os estudos têm mostrado é que as crianças socializadas por casais de pessoas do mesmo sexo podem ser tão ou mais inteligentes, amorosas, estudiosas, preguiçosas, bonitas, invejosas, manhosas etc. etc. etc. que quaisquer outras crianças. O tamanho de suas possibilidades de felicidade e realização não está relacionado à orientação sexual de seus pais, mas à qualidade de amor e dos cuidados parentais que recebem e à probabilidade do ambiente em que se inserem (escola, vizinhança, família ampliada etc.) ser acolhedor e tratá-la de maneira respeitosa e generosa, como a qualquer outra criança.

Além disso, o que os estudos mais recentes têm apontado é que um casal de mulheres pode inclusive ser mais presente e dedicado ao processo de socialização de seus filhos do que um

“A situação hoje, no Brasil, das pessoas homossexuais é a de párias sociais, cidadãos de segunda categoria, indivíduos subumanizados”

“Crianças socializadas em ambientes mais vulneráveis à opressão social, incluindo as criadas em famílias não heterossexuais, tendem a ser mais abertas e respeitosas em relação à diferença”

casal heterossexual, considerando que tradicionalmente os homens costumam ser pais pouco participativos nas vidas de seus filhos, o que colocaria estas crianças em situação de desvantagem social quando comparadas aos filhos dos casais de mulheres. Por fim, o que também se observa é que todas as crianças socializadas em ambientes mais vulneráveis à opressão social, incluindo as criadas em famílias não heterossexuais, tendem a ser mais abertas e respeitosas em relação à diferença, cultivando com maior frequência valores relacionados à promoção da cidadania e à defesa dos direitos humanos.

IHU On-Line - Em que sentido o seu livro *Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis* ajuda na reflexão sobre o tema da união civil homossexual?

Luiz Mello - O livro é uma coletânea, organizado pelas professoras Miriam Grossi, Anna Uziel e por mim, e reúne 19 artigos de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Antes de tudo, trata-se de um esforço que explicita como o campo dos estudos sobre conjugualidade e parentalidade de pessoas gays, lésbicas, transexuais e travestis tem crescido no Brasil e no mundo. Outro fato que deve ser registrado é que estes estudos têm apontado como estas relações familiares, embora geralmente não contando com a proteção legal, são espaços de amorosidade, realização existencial e amparo social fundamentais para as pessoas envolvidas.

“A sociedade não acredita que haja amor entre as pessoas homossexuais”

O desembargador gaúcho Rui Portanova é defensor das uniões civis entre pessoas do mesmo sexo

POR GRAZIELA WOLFART

“A pessoa que nasceu e vive a condição de homossexual não é indigna porque ama outra pessoa do mesmo sexo.” A opinião é do jurista e desembargador Rui Portanova. Para ele, “fica difícil entender como juristas cultos, competentes e estudiosos, sucumbem a seus preconceitos, deixando de lado valores jurídicos tão relevantes como ‘dignidade da pessoa humana’, ‘não discriminação por sexo’ e ‘princípio da igualdade’”. Ele fez essas e outras afirmações na entrevista que segue, concedida por e-mail para a **IHU On-Line**. Nascido em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Rui Portanova é bacharel em Direito pela PUC-RS. Nomeado Juiz de Direito em 1976, atuou nas comarcas de São Luiz Gonzaga, São Vicente do Sul, Santo Augusto, Nova Prata, Novo Hamburgo e Porto Alegre. Foi promovido a Juiz do Tribunal de Alçada em maio de 1995, e a desembargador do Tribunal de Justiça em maio de 1998. É autor de, entre outros, *Motivações Ideológicas da Sentença* (Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003).



Divulgação

IHU On-Line - O senhor acha que a união estável de pessoas do mesmo sexo deve ter o mesmo valor de uma união entre parceiros heterossexuais?

Rui Portanova - Sim. E é ótimo que a pergunta fale em “união estável”, pois este é o instituto jurídico adequado para reconhecer as uniões de pessoas do mesmo sexo que se amam e vivem uma relação de vida em razão desse amor.

IHU On-Line - Na sua opinião, como a sociedade reage diante da união civil entre pessoas do mesmo sexo? Por que essa situação é, às vezes, tão difícil de ser aceita pela sociedade?

Rui Portanova - É interessante nos darmos conta de que a reação da sociedade (contrária ou favorável) não guarda tanto uma relação com idade, credo ou instrução. No que diz respeito à idade, por exemplo, há jovens e idosos para os dois lados. O mesmo acontece com relação ao credo. Fora os oficialismos da Igreja, também entre os praticantes e ateus se encontra quem é a favor ou contra. Por fim, a instrução também não chega a ser um fator que vai identificar os prós e os contras. Para ser bem claro no que penso a respeito da dificuldade de ser aceita a união homossexual pela sociedade, antes de qualquer coisa, acredito que a sociedade não acredita que haja amor entre

as pessoas homossexuais. Aham que a homossexualidade é uma opção, e não uma condição. Quando pensamos em sociedade como um todo, podemos até compreender que as pessoas tenham esse preconceito. Contudo, quando o tema é trazido para o Poder Judiciário, fica difícil entender como juristas cultos, competentes e estudiosos, sucumbem a seus preconceitos, deixando de lado valores jurídicos tão relevantes como “dignidade da pessoa humana”, “não discriminação por sexo” e “princípio da igualdade”.

IHU On-Line - Em que o senhor se baseia na hora de decidir, como desembargador, a favor de casais gays?

Rui Portanova - Eu me baseio, para começar, em um instituto jurídico que aprendemos no primeiro ano da Faculdade de Direito: a lacuna. Por este instituto, a própria lei diz que, quando não houver norma a respeito de determinado caso, o juiz não pode deixar de julgar. E, sendo obrigado a julgar, deve aplicar analogia e princípio gerais. Ora, o que temos de mais parecido à união homossexual é a união estável heterossexual. Eis a melhor aplicação analógica. Depois, no que diz respeito ao princípio, não se pode perder de vista que estamos diante de pessoas humanas que não são indignas por amarem outra pessoa do mesmo sexo. Pelo contrário, a base forte daquela relação é o amor, um valor que merece consideração positiva de quem decide.

IHU On-Line - O senhor afirma que o não reconhecimento da união estável é uma afronta à Constituição. Dentro do poder judiciário, como essa questão é vista?

Rui Portanova - O judiciário, que julga contra os homossexuais, tem dito que a Constituição fala que união estável é entre “homem e mulher”. E isso é verdade. Só que, desde sempre se sabe que qualquer lei (a Constituição, inclusive) é feita de “normas de direito” e de “normas de sobre-direito”, ou normas e princípios. Ora, as normas de sobre-direito (como é o caso do princípio da dignidade, da lacuna) é que dão o norte para a solução dos casos concretos que vêm para solução

do Poder Judiciário. Assim, se não se quer reconhecer que na união homossexual temos uma verdadeira “união estável”, é plenamente possível dizer — em razão da lacuna, da igualdade e da dignidade com que todas as pessoas devem ser tratadas — que, pelo menos aquela relação tem “os mesmos efeitos de uma união estável”.

IHU On-Line - O Supremo Tribunal Federal consegue acompanhar as mudanças da sociedade brasileira?

Rui Portanova - Penso que o Supremo Tribunal Federal seja um tribunal que vive as peculiaridades e as circunstâncias de todo o ser humano, no momento que tem que fazer um julgamento. Ou seja, todo juiz (togado ou não) “coloca algo de seu no julgamento”. Eu acredito no Direito e acredito no nosso Poder Judiciário em geral. E isso não significa que eu — como todo

“O preconceito fica
mais claro quando
mostramos que nunca
podemos esquecer que
todos os homossexuais
que existem no mundo
são filhos de casais
heterossexuais”

cidadão — tenha que concordar com tudo que diz o Supremo. Digo isso em razão da pergunta a respeito de o STF “acompanhar as mudanças da sociedade”. Não acredito que todas as pessoas tenham as mesmas idéias a respeito do que muda e do que deve mudar na sociedade. Por isso, tenho dificuldade de responder tão dogmaticamente à pergunta. Seja como for,

eu gostaria que a sociedade mudasse (ou já mudou) em alguns sentidos que, penso, o STF tem alguma possibilidade de acolher. E claro, o exemplo de reconhecer a união de pessoas do mesmo sexo é um caso que desafia o STF e o STJ a uma solução que respeite a dignidade da pessoa humana. Mas também tem outras questões, como a limitação dos juros, o critério de propriedade produtiva para desapropriação com o fim de reforma a agrária, e ações afirmativas — em todos os níveis, público e privado, em favor principalmente dos negros.

IHU On-Line - E como fica a questão dos benefícios de pensão entre os casais homossexuais? Vale da mesma forma que os casais heterossexuais? Como as famílias dos homossexuais reagem nesse sentido?

Rui Portanova - As uniões homossexuais merecem os mesmos e todos os efeitos de uniões heterossexuais. É claro que as famílias resistem, mas elas também resistem quando se trata de uniões heterossexuais em situações não muito tradicionais — como, por exemplo, uniões paralelas ou dúplice — e até tradicionais — como no caso da segunda núpcias, principalmente com pessoa mais jovem que o cônjuge do primeiro casamento. Seja como for, isso é defeito de um outro instituto que, penso, a sociedade deve evoluir para extinguir, que é o direito de herança.

IHU On-Line - Que outras mudanças legais básicas precisariam ser feitas a partir da união civil homossexual? Qual a importância de discutir aqui também uma eventual conquista do direito à adoção de crianças por parte de casais homossexuais?

Rui Portanova - Não deveria haver resistência a adoção por homossexuais. A resposta que se tem em relação a tal situação dá conta de que as restrições têm origem no preconceito. Nesse ponto, uma das restrições que se tem colocado diz respeito ao fato de o filho adotado, no futuro, também ser homossexual. O preconceito fica mais claro quando mostramos que nunca podemos esquecer que todos os homossexuais que existem no mundo são filhos de casais heterossexuais.

Um relato de necessária omissão

Enquanto diversos teóricos analisam a união homossexual no mundo inteiro, a repórter Greyce Vargas, da redação da IHU On-Line, conversou com um casal de duas mulheres. Elas relatam brevemente as dificuldades que precisam enfrentar para lutarem pelo sonho de viverem juntas o amor que descobriram. Confira:

Andar na rua, fazer compras, passear no parque. Tudo é repensado quando, num país como o Brasil e, principalmente, numa sociedade conservadora como a gaúcha, sua opção sexual é vista pela maioria como diferente. Ser homossexual, apaixonar-se por alguém do mesmo sexo que o seu, quase sempre, é visto como algo errado. Se, por um lado, já pensamos na pós-modernidade, se já mudamos muitos dos nossos conceitos de vida, o conceito sexual ainda é retrógrado na sociedade. Que o digam Julia* e Maria*. Enquanto Maria não teve problema algum no trabalho e na família, Julia foi ameaçada no trabalho caso sua opção sexual fosse confirmada. Preferiu omitir. A opressão e a angústia são presentes na vida da maioria dos homossexuais, tratados geralmente como anormais. “Contar para minha família foi um alívio, pois ter a compreensão deles, dos mais próximos, principalmente, foi fundamental para que eu me sentisse bem comigo mesma”, contou-me Julia. Perguntei se, de alguma forma, elas precisam se preservar por causa da orientação sexual. “Sim, para manter o emprego e facilitar o convívio com pessoas preconceituosas muitas vezes temos que omitir situações e usar outros termos”, confessa.

Elas moram juntas há quase nove meses e preparam-se para fazer o documento que registra seu relacionamento como estável perante a lei. “Achamos que seja a única forma de assegurar nossos direitos em caso de separação ou morte, evitando, assim, transtornos com familiares e prejuízo para uma das partes”, diz. O documento não oficializa ou legaliza a união, mas é um registro legítimo com a intenção de reconhecer a união estável, sendo utilizado como prova material para fins jurídicos. Essa é, por enquanto, uma das poucas chances de assegurar, ao menos, os direitos civis mais importantes.

ENQUETE

Você é a favor ou contra a união civil homossexual?

Veja o que alguns membros da comunidade acadêmica da Unisinos, ouvidos pela IHU On-Line, pensam sobre o tema:

Por Bruna Quadros

“Acho que as pessoas têm direito de optar pelo que querem. É uma questão de princípios, de gostar ou não gostar. Não sou contra. Cada um procura a sua maneira de ser feliz.” **Rosa de Oliveira Alves**, 52 anos, funcionária pública federal



“Não tenho nada contra. Acho que eles são bastante ciumentos entre eles, mas a relação é legal, tanto que hoje não existe mais tanto preconceito como antigamente.” **Laís Siebeneichler**, 19 anos, estudante de enfermagem

“Não tenho nada contra. Acho que cada um sabe o que é melhor para si, desde que não interfira na vida dos outros.” **Carolina Picolli**, 23 anos, estudante de enfermagem

“Acho um pouco ridículo. Está fora dos padrões normais que a nossa sociedade impõe. É algo diferente, que ainda não é bem aceito. Eu tenho dificuldade em aceitar isso.” **Álvaro Rossoni**, 38 anos, comerciante

“Não sou nada contra. Cada um, cada um.” **Paulo Eduardo da Silva Gomes**, 39 anos, manutenção - Dalkia

“Acho uma coisa normal, assim como acontece entre homem e mulher, acontecer apenas entre homens ou entre mulheres. Não tenho preconceito.” **Jorge Luís da Silva**, 49 anos, porteiro



IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana



IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

Brasil em Foco

O combate à desregulamentação financeira americana. Ainda há tempo?

A crise econômica dos EUA é consequência da desregulamentação financeira e é diferente das outras que já aconteceram, avalia o economista Reinaldo Gonçalves

POR PATRICIA FACHIN

“O neoliberalismo é, sem dúvida alguma, o principal responsável por esta crise”, afirma Reinaldo Gonçalves, economista e professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Entre os principais elementos desse tipo de política, ele destaca o problema da desregulamentação do capital financeiro e comenta a necessidade de intensificar a fiscalização de bancos, fundos de investimentos, companhias de seguros e corretoras. “A fiscalização, tanto do Fed como de outras agências de governo, é fundamental”, considera. E acrescenta: “A questão operacional central consiste na transparência e divulgação de informações referentes às operações financeiras”.

De todas as medidas anunciadas pelo governo americano, Gonçalves diz que as mais significativas dizem respeito a re-regulamentação do sistema financeiro. Entretanto, se demonstra apreensivo quanto à aplicação das iniciativas. “Não é evidente que estas medidas serão implementadas com eficácia, visto que o sistema financeiro tem enorme poder e já está resistindo a pressões no sentido da sua regulamentação”, afirma ele, nesta entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line.

Gonçalves é graduado em Economia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e mestre na mesma área, pela Fundação Getúlio Vargas. Coursou o doutorado em Faculty Of Letters And Social Sciences na University of Reading, na Inglaterra. Entre suas obras bibliográficas, destacamos *A economia política do Governo Lula* (Rio de Janeiro: Contraponto Editora. 2007), escrito com Luiz Filgueiras, da Universidade Federal da Bahia. Filgueiras já concedeu entrevistas à IHU On-Line. Destacamos as mais recentes, que estão disponíveis na nossa página eletrônica www.unisinos.br/ihu: “Não há problema previdenciário no Brasil” e “A crise financeira internacional e a vulnerabilidade externa da economia brasileira”.

IHU On-Line - Como o senhor percebe a crise norte-americana? Concorde com a teoria de que a maior economia do mundo está vivendo uma “crise terminal da hegemonia”?

Reinaldo Gonçalves - Trata-se de uma crise provocada pela desregulamentação financeira, que tem impacto no

lado real da economia. Neste sentido, é uma crise distinta das crises tradicionais do capitalismo que têm origem no excesso de capacidade de produção. Não é uma crise terminal e muito menos é uma crise de hegemonia.

IHU On-Line - Como os Estados Uni-

dos chegaram a esse ponto? A sua crise econômica é consequência da política neoliberal?

Reinaldo Gonçalves - O neoliberalismo é, sem dúvida alguma, o principal responsável por esta crise. Dentre os principais elementos do neoliberalismo, está a desregulamentação, com



Divulgação

“Países que têm forte dependência em relação aos EUA já estão sofrendo os efeitos da crise. O melhor exemplo é o México que ano passado teve crescimento econômico medíocre (3,0%), bem abaixo da média histórica do país e da média da economia mundial”

ênfase no capital financeiro. Não é por outra razão que, no final de março, o governo dos Estados Unidos adotou medidas no sentido de aumentar a eficácia do aparato regulatório referente ao capital financeiro.

IHU On-Line - A crise atual pode repetir o histórico dos anos 1970, em que, depois de uma longa crise, os Estados Unidos saíram fortalecidos?

Reinaldo Gonçalves - Este cenário deve ser considerado, principalmente, se levarmos em conta que os grupos dirigentes estadunidenses podem aprender com os seus próprios erros. Na realidade, pode ocorrer a repetição, nem tanto dos anos pós-1970, mas principalmente da experiência do início do século quando os Estados Unidos deslancharam como potência mundial. Não devemos esquecer que o Banco Central dos EUA (Fed) foi criado em 1913 para combater crises financeiras provocadas pela desregulamentação.

IHU On-Line - Como explicar o poder da economia norte-americana, levando em consideração que o país apresenta um sistema financeiro nacional desregulado e, ao mesmo tempo, é considerado a alavanca do crescimento global?

Reinaldo Gonçalves - O poder dos Estados Unidos deriva, em primeiro lugar, da sua extraordinária base material (território, população e riqueza). Ademais, eles têm enorme dinamismo tecnológico e é o centro dos sistemas

monetário e financeiro internacional. Deve-se considerar o poderio militar e a influência cultural, bem como a institucionalidade. O poder dos Estados Unidos tem muitos fatores determinantes e, no futuro previsível, é difícil conceber perda significativa de poder.

IHU On-Line - Como o senhor avalia as mudanças anunciadas no megaplan de reforma do sistema financeiro dos Estados Unidos? Essas medidas evitarão outras turbulências?

Reinaldo Gonçalves - Há medidas de curto e médio prazo nas esferas monetária, fiscal e creditícia que tendem a suavizar o impacto da crise. As medidas mais significativas só foram anunciadas recentemente e tratam, precisamente, da re-regulamentação do sistema financeiro. O problema é que não é evidente que estas medidas serão implementadas com eficácia, visto que o sistema financeiro tem enorme poder e já está resistindo a pressões no sentido da sua regulamentação. A questão é saber se o próximo governo levará a sério a política de re-regulamentação.

IHU On-Line - A fiscalização do Fed no sistema financeiro será importante? Que medida deveria ser tomada para que a população norte-americana consiga superar a crise com poucos prejuízos?

Reinaldo Gonçalves - A fiscalização, tanto do Fed como de outras agências de governo, é fundamental. A questão operacional central consiste na trans-

parência e divulgação de informações referentes às operações financeiras, bem como critérios claros que balizem a conduta de bancos comerciais, fundos de investimento, bancos de investimento, companhias de seguros e corretoras. Trata-se de fiscalização e intervenção preventiva ou prudencial.

IHU On-Line - Países que aderiram ao Nafta e ao Cafta, mais dependentes dos Estados Unidos, serão atingidos com mais facilidade pela crise internacional?

Reinaldo Gonçalves - Países que têm forte dependência em relação aos Estados Unidos já estão sofrendo os efeitos da crise. O melhor exemplo é o México que ano passado teve crescimento econômico medíocre (3,0%), bem abaixo da média histórica do país e da média da economia mundial. A produção industrial do México, por exemplo, depende da demanda de peças e componentes por parte da indústria dos Estados Unidos. A desaceleração ou recessão nos Estados Unidos afeta diretamente a produção industrial e, portanto, a renda e o emprego no México.

IHU On-Line - A expansão muito rápida do crédito e as taxas de juros elevadas contribuíram para o avanço da crise norte-americana. Esse cenário recorrente nos Estados Unidos explica a preocupação do governo em sugerir a contenção do crédito no Brasil?

Reinaldo Gonçalves - A situação brasileira é completamente distinta. Nos Estados Unidos, a expansão do crédito foi determinada pela redução da taxa de juros, pela elevação da renda e pela desregulamentação. Ou seja, a expansão do crédito é causa, mas é, principalmente, consequência de fatores positivos (crescimento da renda, expectativas favoráveis e baixa taxa de juros). Por outro lado, a expansão do crédito no Brasil é causa do crescimento do consumo das famílias no contexto de crescimento medíocre da renda, com as taxas de juros mais elevadas do mundo e expectativas altamente voláteis. A contenção do crédito nos Estados Unidos é consequência da crise financeira. No caso do Brasil, a contenção do crédito tem na origem na pressão inflacionária e a deterioração

“Nos Estados Unidos, o problema está nos valores (doutrina liberal) e nas pressões dos grupos de interesses (setor financeiro). No Brasil, os erros de política macroeconômica derivam das pressões dos grupos de interesses (bancos) e da própria ambigüidade e incompetência do governo Lula”

das contas externas. Ambos os fatores derivam da falta de estratégia e erros de política econômica do governo Lula.

No caso dos Estados Unidos, a contenção do crédito deriva do erro que é a desregulamentação financeira, que tem origem nos anos 1980. A contenção no Brasil deriva do manejo macroeconômico equivocado do governo Lula. Nos Estados Unidos, o problema está nos valores (doutrina liberal) e nas pressões dos grupos de interesses (setor financeiro). No Brasil, os erros de política macroeconômica derivam das pressões dos grupos de interesses (bancos) e da própria ambigüidade e incompetência do governo Lula. Entre muitos problemas, o governo Lula gerou a trajetória de “vôo da galinha”, com a economia sofrendo avanços e retrocessos, sem rumo e sem prumo.

LEIA MAIS...

>> Reinaldo Gonçalves concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. O conteúdo está disponível na nossa página eletrônica www.unisinos.br/ihu.

- * “O conteúdo da política social do Governo Lula é o mesmo do Governo FHC”
- * “O limite do PAC é a política macroeconômica”
- * Política cambial. “Essa é uma anomalia do governo Lula”
- * Desaceleração. Um ano de PAC. Artigo de Reinaldo Gonçalves

Teologia Pública

Jesus inclui de algum modo e se “associa” a outras figuras religiosas em seu trabalho de salvação?

Para o teólogo Peter Phan, a explanação cristã de Jesus como o único e universal salvador necessita ser reexaminada e reinterpretada

POR CLEUSA ANDREATTA E GRAZIELA WOLFART

Peter Phan, renomado teólogo vietnamita radicado nos Estados Unidos, padre e professor no departamento de teologia da Georgetown University, concedeu a entrevista que segue, por e-mail, para a IHU On-Line, na qual discute a questão do pluralismo religioso. Phan é doutor em Teologia Sacra pela Universitas Pontificia Salesiana, de Roma, e doutor em Filosofia e em Divindade pela University of London. É autor de, entre outros, *Christianity with an asian face* (Maryknoll: Orbis, 2003). Phan é o quarto teólogo submetido a um processo depois da publicação da *Dominus Iesu*. Antes dele e pelos mesmos motivos a Congregação para a Doutrina da Fé do Vaticano havia emitido notificações contra os três jesuítas Jacques Dupuis, em 2001, Roger Haight, em 2004, e Jon Sobrino, em 2006. O Vaticano e os Bispos dos Estados Unidos estão investigando o livro de Peter Phan, *Being religious interreligiously: asian perspectives on interreligious dialogue* (Sendo inter-religiosamente religioso: perspectivas asiáticas sobre o diálogo inter-religioso), que é objeto das duas inquirições. O Vaticano e a hierarquia da Igreja nos Estados Unidos avaliaram que o livro de Phan contém “sérias ambigüidades” em relação a pontos essenciais da doutrina católica. Entre os pontos problemáticos, estão reflexões de Phan que enfraqueceriam o papel de Cristo como “Salvador único e universal” e o da Igreja como instrumento para essa salvação. O livro foi censurado. Confira mais detalhes na cobertura feita pelo sítio do IHU. Acesse www.unisinos.br/ihu.

IHU On-Line - Como o senhor avalia a situação do cristianismo no cenário mundial?

Peter Phan - Em minha opinião, uma das características mais significativas do cristianismo contemporâneo é o deslocamento demográfico da população cristã do Norte (Europa e América do Norte) para o Sul (África, Ásia, e América Latina). Projeta-se que até o ano de 2050 somente um de cada cinco cristãos viverá no Norte.

IHU On-Line - Quais são as implicações desta situação para o diálogo intercultural e inter-religioso?

“A introdução do pluralismo religioso será mais urgente num futuro próximo. Talvez seja a questão mais desafiadora para o cristianismo. Nós devemos promover uma atmosfera intelectual e religiosa onde esta questão possa ser abertamente discutida e estudada, melhor do que em um ambiente repressivo, de medo e condenação”

Peter Phan - Este deslocamento demográfico terá vastas implicações para o diálogo intercultural e inter-religioso no Sul, especialmente na Ásia, no qual os cristãos serão uma minoria, e estarão lado a lado com os crentes de outras religiões.

IHU On-Line - Quais são, a seu ver, as principais dificuldades e possibilidades para o diálogo inter-religioso neste momento?

Peter Phan - A principal dificuldade para o diálogo intercultural e inter-religioso é o contexto sociopolítico e econômico mundial. As religiões se misturam com a política em muitos países do Sul, onde as guerras e a violência são justificadas no campo religioso. Isto é visto particularmente no Islã. O diálogo entre o cristianismo e o islamismo será crucial na África, visto que o diálogo entre o cristianismo e o budismo, o hinduísmo e o confucionismo é central na Ásia, particularmente na Índia e na China, duas superpotências em crescimento. Em relação à economia, a maioria dos países do Sul continuará pobre. Podemos acreditar que o diálogo intercultural e inter-religioso será alcançado sem engajamento no esforço pela justiça?

IHU On-Line - Do ponto de vista da teologia das religiões e do diálogo inter-religioso, como podemos compreender o pluralismo religioso na história da salvação?

Peter Phan - O pluralismo religioso, do ponto de vista teológico, trata

da questão da diversidade religiosa. A questão é: o fato de haver muitas religiões diferentes na história é simplesmente um acidente ou fruto de erros humanos, ou pode ser considerado como algo querido por Deus, como parte da providência divina?

IHU On-Line - O que isto implica para a afirmação cristã da unicidade e universalidade de Jesus Cristo?

Peter Phan - Se o pluralismo religioso pode ser visto como algo querido por Deus e, conseqüentemente, não abolido por Ele, então a afirmação cristã de Jesus como o único e universal salvador necessita ser reexaminada e reinterpretada. O fato de os cristãos crerem em Jesus como o Salvador exclui esse papel para outras religiões, fundadores de outras religiões? Jesus inclui de algum modo e se “associa” a outras figuras religiosas em seu trabalho de salvação?

IHU On-Line - Que consequências isto traz para a autocompreensão da Igreja e sua presença e atuação no mundo de hoje?

Peter Phan - A questão cristológica tem, naturalmente, implicações profundas para a eclesiologia. Como “sacramento da salvação”, a Igreja cristã exclui outras organizações religiosas, como detentora de um papel positivo no bem-estar espiritual de seus seguidores? Qual é a “missão” da Igreja para estas religiões? Consiste principalmente em “converter” estes outros crentes religiosos e batizá-los? A igreja deve fo-

calizar suas ações na promoção do reino da justiça, da paz e do perdão?

IHU On-Line - O senhor fala que a “situação contemporânea de pluralismo religioso exige não só que se pratique o diálogo inter-religioso em um nível teológico, mas também que se seja religioso inter-religiosamente”. O que isto significa? Como isto é possível?

Peter Phan - “Ser religioso inter-religiosamente” significa ter uma identidade religiosa hifenizada. Uma pessoa se torna cristã sem deixar de ser muçulmana, budista, judia e assim por diante. Houve pessoas, num passado recente, que tentaram sinceramente ser, ao mesmo tempo, cristãs e hindus, cristãs e budistas, e cristãs e muçulmanas. Há os cristãos que lêem as

“Podemos acreditar que o diálogo intercultural e inter-religioso será alcançado sem engajamento no esforço pela justiça?”

escrituras sagradas de outras religiões e adotam novas práticas e orações sem reduzir seu compromisso cristão. Será que isso se tornará mais comum?

IHU On-Line - O que mais o senhor gostaria de dizer sobre o pluralismo cultural e religioso?

Peter Phan - A introdução do pluralismo religioso será mais urgente num futuro próximo. Talvez seja a questão mais desafiadora para o cristianismo. Nós devemos promover uma atmosfera intelectual e religiosa, na qual esta questão possa ser abertamente discutida e estudada, melhor do que em um ambiente repressivo, de medo e condenação.

Nanotecnologias

“É difícil se proteger contra um risco que ainda não está claramente definido”

A população está mais preocupada com os transgênicos do que com os produtos nanofaturados, considera Maria del Carmen Hernandez

POR GRAZIELA WOLFART, GREYCE VARGAS E PATRICIA FACHIN

“**A**limentos se transformam em nanoalimentos quando se utilizam técnicas nanotecnológica durante seu cultivo, produção, processamento ou empacotamento”, explica a pesquisadora Maria del Carmen Hernandez, do Centro de Investigación en Alimentación y Desarrollo, México. Através dos nanosensores, as nanotecnologias têm contribuído para a elaboração de embalagens que permitem “aumentar o tempo de duração dos alimentos nas prateleiras”, complementa. No campo rural, ela destaca a relação das nanotecnologias com a detecção de pragas e enfermidades, o que ajuda a evitar desperdício de alimentos futuros.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Maria del Carmen Hernandez Moreno disse que se desconhece, atualmente, quantos produtos nanomanufaturados existem no mercado. Mas as estimativas indicam que aproximadamente 300 opções diferenciadas são comercializadas, sem divulgação das empresas. Ela relata que possivelmente a ascensão dos produtos alcancem US\$ 20.400 milhões em 2010.

IHU On-Line - Quais são os maiores impactos da nanotecnologia na área da alimentação? A nanotecnologia pode ser vista positiva ou negativamente em relação à sua influência no campo da alimentação?

Maria del Carmen Hernandez - Segundo a definição incluída no relatório “Nanotechnology in Agriculture and Food” (2004), os alimentos se transformam em nanoalimentos quando se utilizam técnicas ou ferramentas nanotecnológicas, nanopartículas, etc. durante seu cultivo, produção, processamento ou empacotamento. Até agora, as nanotecnologias estão se utilizando de maneira mais generalizada na elaboração de embalagem que permitem

aumentar o tempo de duração dos alimentos nas prateleiras e na detecção de patogenia (parte da patologia que estuda a causa e a origem das doenças e o modo como estas se desenvolvem), através da instalação de nanosensores. De qualquer forma, estão investindo na reformulação de inseticidas, fertilizantes, pesticidas com compostos bioativos e sistemas de administração inteligentes que tragam mais eficiência e, teoricamente, sejam mais inofensivos.

A *traçabilidade*¹ dos alimentos também recebe um impulso importante com as nanotecnologias. Desconhece-se com

precisão quantos produtos nanomanufaturados existem no mercado alimentício. A *Royal Society* assinala em torno de 300 produtos. O problema é que algumas companhias que utilizam nanotecnologias na elaboração de seus produtos o ocultam, em parte, por temor à reação dos consumidores. Ainda assim, a mesma instituição afirma que, em 2005, o mercado destes produtos ascendeu a US\$ 5.300 milhões, e se espera que a cifra se incremente em US\$ 20.400 milhões, em 2010. A previsão é que em 2015 a nanotecnologia seja utilizada em 40% das indústrias alimentícias.

Vantagens e danos

Os potenciais benefícios ou prejuízos

¹ Traçabilidade é um termo usado pela imprensa para se referir ao traçado do roteiro das sementes. (Nota da IHU On-Line)

das nanotecnologias não estão nas tecnologias ou na ciência. É possível pôr a disposição dos consumidores produtos nanomanufaturados ou tecnologias sãs, sem que antes se investigue seus riscos. O problema principal está no que se aplica numa estrutura social, caracterizada por uma crescente iniquidade.

A partir de uma perspectiva sociológica a pergunta a ser feita é: como este novo paradigma tecnológico afetará a atual estrutura social? Quais serão as consequências de sua aplicação sobre as estruturas de poder, sobre a justiça social, sobre a privacidade e integridade das pessoas? Por exemplo, o relatório da Universidade de Cornell e o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – USDA, chamado “Nanoscale Science and Engineering for Agriculture and Food Systems”, publicado em 2003, reconhece a necessidade de incorporar às ciências sociais, equipes de pesquisa em nanotecnologia. No entanto, nesse documento se destaca como rol principal em educar a população e em particular os trabalhadores para vencer as resistências a estas tecnologias, evitando assim o ocorrido com as biotecnologias.

IHU On-Line - Como a sociedade, em geral, tem recebido o tema da nanotecnologia? As pessoas compreendem o quão profundo será o impacto das nanotecnologias em suas vidas?

Maria del Carmen Hernandez - Na atualidade, a opinião pública está mais preocupada com os transgênicos, do que com produtos nanomanufaturados. Em particular, as nanotecnologias são bem vistas na medicina, cujos alcances tem sido mais difundidos. Isso tem ocorrido, talvez, porque se tem a experiência da oposição aos transgênicos. As empresas dedicadas à produção de alimentos nanomanufaturados tem tido maior cuidado em difundir seus processos. É por essa razão que, na realidade, a população sabe muito pouco sobre os atuais alcances da nanotecnologia na produção de alimentos. Contudo, na União Européia foram publicados vários relatórios resultantes de oficinas. Esses analisaram, principalmente, os riscos na saúde dos trabalhadores.

O problema da regulação dos nanoproductos, principalmente os alimentícios,

é que é muito difícil se proteger contra um risco que ainda não está claramente definido, pois elementos levados à sua nanoexpressão possuem qualidades e propriedades físico-químicas muito distintas das que apresentam uma dimensão maior. Esse é o verdadeiro desafio para a nanociência: determinar se as novas características das nanopartículas são inofensivas e assimiladas pelos seres vivos e pelo meio ambiente em geral.

IHU On-Line - Como tem sido a presença e as pesquisas de nanotecnologia aplicadas à agricultura e ao meio rural? Em que sentido a nanotecnologia pode melhor contribuir para esse meio?

Maria del Carmen Hernandez - As nanotecnologias aplicadas ao setor agropecuário merecem um lugar especial no desenvolvimento tecnológico. Seu potencial, como em outras muitas atividades, é incalculável, como também são seus possíveis riscos. Contudo, ao ser a produção de alimentos uma das áreas mais sensíveis de qualquer sociedade, por atender a necessidade básica de todo ser vivente, as nanociências e as nanotecnologias se voltam particularmente para um campo muito delicado.

Um significado peculiar deste século XXI é a transformação do conhecimento em um fator de competitividade para as empresas. Como tem ocorrido em experiências precisas, anuncia-se que as nanotecnologias permitem melhores condições de vida para a população. São poucas as empresas que controlam os desenvolvimentos tecnológicos orientados ao setor agropecuário (Monsanto, Dupont, Syngenta, entre outras). Pelo que se prevê, estas tecnologias se converterão em uma nova peneira que expulsará do mercado produtos agropecuários e rurais. Se de maneira paralela à aplicação de nanotecnologias na agricultura não se aplicam programas de compensação para oferecer alternativas aos produtores rurais e diaristas agrícolas desprezados, as nanotecnologias podem contribuir para o aumento da pobreza em todos os países de menor desenvolvimento.

IHU On-Line - Quais são as principais aplicações das nanotecnologias na produção agrícola?

Maria del Carmen Hernandez - Entre

as aplicações na produção agrícola, se destacam: nanomodificação de sementes e de fertilizantes/pesticidas; fortificação e modificação de alimentos; alimentos “inteligentes” interativos; embalagens inteligentes e traçabilidade dos alimentos. Dentro dos projetos mais relevantes neste campo, está o desenvolvimento de nanocaptadores que permitiram o controle a grande distância do crescimento da planta, presença de pragas etc. Também trouxeram a possibilidade de identificar enfermidades em animais, para deter a propagação de epizootia,² acelerada pela globalização. Outro desenvolvimento é a fabricação de nanocápsulas de liberação lenta para fármacos e agroquímicos específicos para plantas, espécies pecuárias e insetos. Também estão se desenhando filtros físicos com poros ou membranas antivirais e antibacterianas que permitam recuperar água contaminada para uso agrícola e/ou doméstico.

IHU On-Line - Que tipo de utilização nanotecnológica nós podemos vislumbrar hoje ou em um futuro próximo dentro do meio rural?

Maria del Carmen Hernandez - Parece-me que o campo mais transcendente das nanotecnologias no meio rural se relaciona com a possibilidade de detectar possíveis surtos de pragas e enfermidades quando, todavia, estão no estado embrionário, evitando, assim, quantidades perdas econômicas e em volume de alimentos disponíveis.

As nanotecnologias estão abrindo oportunidades importantes para aumentar o tempo de duração dos alimentos nas prateleiras. Elas possibilitam o desenvolvimento de empacotamento inteligente que impedem a formação de bactérias, fazem mais lenta oxidação dos alimentos etc. A alternativa no tratamento de águas residuais, através de filtros físicos com poros ou membranas antivirais e antibacterianas, pode ser vital para os produtores do campo, em geral, sejam da área agrícola e/ou pecuária.

² Epizootia é o conceito utilizado em veterinária e ecologia das populações para qualificar uma enfermidade contagiosa que ataca um número inusitado de animais ao mesmo tempo e na mesma região e que se propaga com rapidez. (Nota da IHU On-Line)

Filme da Semana

O filme comentado nessa edição foi visto por algum/a colega do IHU e está em exibição nos cinemas de Porto Alegre, como o Arteplex, do Shopping Bourbon.

Jogo de cena

Ficha técnica

Diretor: Eduardo Coutinho

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 106 minutos

Ano de lançamento: 2007 (BRA)

Elenco: Andréa Beltrão, Fernanda Torres, Marília Pêra

Resumo: Mulheres contam histórias de suas vidas, expondo detalhes sobre relacionamentos com homens e com filhos. Ao mesmo tempo, alguns desses depoimentos são reinterpretados por atrizes.

A encenação do real

POR ANDRÉ DICK

Cineasta que procura colocar interrogações diante da dita realidade, Eduardo Coutinho nos apresenta em seu mais recente filme, *Jogo de cena*, um olhar metalingüístico sobre o mundo feminino. Trata-se de uma nova etapa, embora o seu olhar humanista continue o mesmo, na carreira de quem já produziu sobretudo documentários sociais e de sentido político, como *Cabra marcado para morrer* e *Peões*.

Jogo de cena é metalingüístico por se constituir num documentário intercalado pela ficção, em que a arte de representar é discutida indiretamente, por meio dos depoimentos de mulheres. Isso porque alguns desses depoimentos também são interpretados por atrizes, algumas conhecidas, outras não. Mas do que Coutinho quer (ou não) nos convencer com seu filme? O cenário estático — a câmera posicionada em frente às mulheres, no palco no Teatro Glauce Rocha, do Rio de Janeiro, apresentando as cadeiras ao fundo —, com a voz do diretor em *off*, como se o espectador estivesse

assistindo a uma seção psicanalítica, é a primeira questão. O diretor talvez queira convencer de que a pessoa real ou a atriz que interpreta sua história fazem parte de um mesmo “jogo de cena”? Que a pessoa, quando deseja contar sua história, aplica a ela uma emoção que pode ser tanto calculada — a partir de que pode ser encenada — quanto livre? Quando Andréa Beltrão, por exemplo, explica por que se emociona, o que não ocorreu com a mulher que ela está interpretando, cria-se um elo interessante entre cinema realizado e cinema sendo feito. Ou seja, o diretor traz à cena, com muita competência, um clima de *making off* e a realidade da atriz, que diz não acreditar em Deus, ao contrário da mulher que interpreta, consciente de que existe algo além da morte.

De modo geral, há, em *Jogo de cena*, um elo que liga todos os depoimentos: a relação entre mãe e filhos, uma relação da qual o pai está quase sempre ausente (ele surge mais visivelmente no depoimento de uma menina que não conver-

sou durante anos com o seu). Coutinho deseja revelar, em parte, a solidão da mulher. Esta pode decorrer do fato de que a maioria das mães, em seu filme, foi abandonada por um filho, ou ele acabou morrendo. Mas, vendo-se mais a fundo, ele parece mostrar a solidão da mulher num mundo em que o homem é apenas um ser anódino e descompromissado. Mas isso não torna o seu documentário com viés feminino, e sim masculino, pois parece mostrar, basicamente, como a tristeza da mulher está ligada ao fato de que não há, diante de tantos problemas de relacionamento e compreensão, a presença do homem.

É de suma importância, nesse contexto, a primeira história, contada por Andréa Beltrão, em que há o abandono do marido depois da morte de seu bebê. O espectador se questiona onde está o homem no momento em que a mulher está sofrendo? Ou seja, no documentário, Coutinho parece, por vezes, ter o desejo de mostrar, por meio desses depoimentos, que a mulher, acompanhada

ou não, está sempre sozinha e se ela tem algum elo de ligação é com seus filhos, também presentes ou não. É claro que o pai está presente nos filhos, mas Coutinho quer estabelecer que ele, na verdade, é incapaz de dar sustentação à mulher. No entanto, isso cria, em contrapartida, um fortalecimento da imagem do homem: de que a vida feminina só pode ser organizada, inclusive a partir dos filhos, a partir de sua imagem e presença, mesmo que ela resulte numa ausência posterior. É claro que isso parece mais ligado a Freud, citado pela senhora de origem turca — responsável por um depoimento “trágico”, como ela diz, mas, ao mesmo tempo, bem-humorado, que inicia com ela contando sobre sua admiração a respeito do filme *Procurando Nemo*, igualmente significativa para entender a relação entre pais e filhos, e pela canção final, que toca o espectador —, do que ao cinema, mas não é irrelevante. Coutinho mostra que a mulher se emociona mais com a realidade do que o homem, mas este, na verdade, é quem sempre conduz a situação (como ele, por trás das câmeras). Ou poderíamos lembrar de Lacan: o filme é justamente aquilo que ele pensa não ser.

Outra reflexão que traz *Jogo de cena* é sobre a relação entre imagens como a de Deus e a do anjo. No depoimento de Beltrão, esta se confessa, como se viu, atéia; em outro, a mãe sonha com o filho morto que vem lhe dizer que se transformou em anjo. A senhora turca, por sua vez, se diz desacreditada de Deus, pois Freud indicaria o rumo. Todas, sem exceção, são figuras ligadas ao masculino. Esse atrito entre fé e psicologia acaba dando o contorno e um elo de ligação, assim como a reflexão das mães em relação aos filhos, a *Jogo de cena*, e Coutinho, embora o explore nas entrelinhas, discretamente, como bom documentarista, faz dele uma peça-chave para entender seu filme.

Jogo de cena foi bastante aplaudido em festivais. Diante do que se vê, no entanto, é um exagero. Apesar da montagem ágil, utilizando muitos cortes rápidos, diante da câmera estática e entediada, a metragem é muito longa (mais de 100 minutos). Ele se sustenta na idéia de mistura entre ficção e realidade, que funciona às vezes e outras não. O espectador se sente, às vezes, surpreso,



quando não sabe, afinal, qual é o depoimento verdadeiro, ou melhor, o depoimento não encenado, sobretudo quando as atrizes fazem o depoimento não são conhecidas. As atrizes estão excelentes, sobretudo Andréa Beltrão e Marília Pêra, mas é Fernanda Torres que parece mostrar uma faceta menos segura de atriz, quando afirma que não está conseguindo ser fiel à pessoa que representa e que teria visto todo o depoimento da mulher para não prejudicá-la, como se ela quisesse registrar a memória alheia, mesmo que dispersa. Beltrão, de algum modo, parece ser mais contundente do que a própria mulher que representa, e Pêra, quando mostra ao diretor como faria se ele quisesse que ela chorasse — representando, aqui, o estereótipo da mulher, de que deve chorar diante de qualquer situação comovente — acaba colocando, nesse jogo metalinguístico, um fio muito tênue entre ficção e realidade. Entre os depoimentos, soa, no entanto, como politicamente correta a visão dada a algumas personagens: lá estão a menina que teve a vida salva pelo teatro, a rapper que canta versos rimados com certa timidez e a moça que teve uma rápida relação e engravidou na parada de ônibus. De certo modo, há uma tendência de muitos cineastas brasileiros de agirem como Claude Lévi-Strauss em primeira visita ao Brasil. O politicamente correto dá sempre a sensação de se dar espaço a pessoas que não têm voz, o que estaria longe de ser um problema, se não fossem visualizadas sempre por um viés superficial. Tudo parece humano, mas é extremamente calculado e mecânico, independente das intenções de Coutinho.

Há, com isso, uma sensação constante de *déjà vu* — e a mulher da periferia não é retratada de forma diferente do que vemos em novelas e reportagens televisivas, o que é uma pena.

Isso porque alguns depoimentos incomodam não pela objetividade, o que é uma qualidade, mas pelos lugares-comuns. Certamente, o diretor quer, através disso, mostrar como as histórias das pessoas, no caso dessas mulheres, são parecidas, independente da classe social. De que a humanidade, em si mesma, cria um elo narrativo, às vezes implícito. No entanto, quando transportada para o cinema, essa idéia pode se transformar em algo cansativo e de pouco impacto.

Na verdade, é como se o espectador estivesse assistindo, com mais elaboração e sentimento — também de Coutinho em relação às suas figuras —, depoimentos de um desses programas vespertinos que transformam a realidade, em sua busca pelo ibope, numa grande encenação patética. Mas tudo, também, não seria um “jogo de cena”? O patético, afinal, não se alimenta apenas da realidade; pelo contrário, tentamos ficcionalizar o que vivemos com uma pitada de humor aqui e outra ali. No entanto, basta cairmos na realidade para ver o quanto é trágica a própria encenação a que estamos sendo expostos. *Jogo de cena*, nesse sentido, é um filme importante para compreender a faceta do ser humano disposta a fazer de sua história pessoal uma ponte para a arte. Mesmo que não tenha, a meu ver, a característica do grande cinema e do melhor documentário: mexer com o espectador de tal maneira que ele saia transformado da experiência de assisti-lo. Ao oferecer uma certa emoção — a passagem final, por exemplo, é comovente —, traz alguns questionamentos, mas parece não se realizar completamente. Como a vida real, ele parece sempre encenado pela metade, e, no seu caso, isso é um problema, pois, quando cai o pano, o que fica é uma sensação de *déjà vu*. Assim, uma canção como “Se essa rua fosse minha” fica mais elegante do que qualquer rap, mas não expressa toda a contundência da solidão que Coutinho pretendia revelar com seu semi-documentário, apesar da emoção que provoca. Esta solidão não está apenas dentro de casa: está nas ruas, em meio à multidão, forte e desalentadora.

Invenção

Editoria de Poesia

Horácio Costa

POR ANDRÉ DICK

Nascido em São Paulo (SP), em 1954, Horácio Costa é um dos principais poetas brasileiros contemporâneos. Publicou os livros *28 poemas 6 contos* (São Paulo: Edição do autor, 1981), *Satori* (São Paulo: Iluminuras, 1989), *O livro dos fracta* (São Paulo: Iluminuras, 1990), *The very short stories* (São Paulo: Iluminuras, 1991), *Quadragésimo* (São Paulo: Ateliê Editorial, 1999), o poema longo *O menino e o travesseiro* (São Paulo: Geração, 2004), *Fracta* (São Paulo: Perspectiva, 2004), com seleção de poemas feita por Haroldo de Campos, *Homoeróticas e Paulistanas* (São Paulo: Lumme Editor, 2007).

Formado em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade de São Paulo (USP), fez mestrado em Artes, pela New York University, e doutorado em Filosofia, pela Yale University. Deu aulas na Universidad Nacional Autónoma de México (Unam) e hoje trabalha como professor na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Como crítico, publicou as obras *José Saramago: o período formativo* (Lisboa: Editora Caminho, 1997) e *Mar abierto: ensayos de literatura brasileña, portuguesa e hispanoamericana* (México: Editora do Fondo de Cultura Económica, 1998).

Seu trabalho poético é, ao mesmo tempo, expansivo e concentrado. Nos seus primeiros livros (sobretudo *O livro dos fracta* e *The very short stories*), há uma mescla entre prosa e poesia, em narrativas fragmentadas e com volta-gem poética. Há, também, um certo bom-humor e metalinguagem, que permanece, mesmo que mais implicitamente, em seus trabalhos posteriores. *Satori* recupera uma paisagem mais

voltada à construção barroca, uma das fontes do trabalho de Horácio, com uma síntese, a julgar pelo título, voltada a um orientalismo zen. Publicado com prefácio de José Saramago, *O menino e o travesseiro*, por sua vez, é um dos mais belos poemas longos já publicados no Brasil, com imagens e versos trabalhados com apuro. *Quadragésimo* tenta explorar esse encaminhamento do verso longo, com poemas que lembram grandes molduras, amplificando a manifestação de uma certa memória pessoal, com referências plásticas. Em *Fracta*, sua antologia até o momento, temos uma noção mais panorâmica de sua obra. Podemos ver a evolução de Horácio Costa até os poemas inéditos de alta qualidade, na última seção do livro. O que chama mais a atenção, no entanto, é o artesanato de linguagem. Horácio sabe — como poucos poetas — conduzir o verso a uma tensão proeminente, inserindo-se numa tradição de nomes que utiliza o verso longo com desenvoltura, como, especificamente no Brasil, Drummond. Embora não haja claramente uma ligação dele com os poetas do modernismo (Oswald e Mário de Andrade), percebe-se o quanto a cidade de São Paulo é um elemento de destaque em sua obra. Ela é registrada, em seus versos, com todos os tons e peso existencial, por meio de referências a lugares, pessoas e movimentos no vazio, sobretudo em *Satori* e no recente *Paulistanas*.

No texto de apresentação aos seu livro *Homoeróticas* (lançado em conjunto com *Paulistanas*), numa pequena caixa, ele explica sobre sua poesia mais recente: “A formação de uma memó-

ria homossexual em poesia no Brasil se vem dando com dificuldade. Isso se deve, em parte, ao timorato da crítica que dela não se ocupou, e em parte, ainda e principalmente, devido à incúria dos próprios poetas homossexuais ou cultores do homoerotismo (ou ambas as coisas) da nossa tradição, que não souberam, no devido tempo, e simultaneamente ao verificado em algumas das literaturas com as quais a nossa dialoga — a espanhola, a hispano-americana, a anglo-americana, a portuguesa, apenas para citar algumas, nas quais o tema homoerótico esteve presente desde a época do Modernismo (se não antes) —, em marcar a sua diferença ao assumir textualmente a sua sexualidade”. No entanto, para ele, isso tem sido posto me “xeque por alguns poetas de gerações anteriores e — felizmente — por um número crescente deles nas gerações que seguem à minha”. Nesses poemas homoeróticos, Horácio revela, além da síntese, um elemento corrosivo, como em “The fear of intimacy: “Era 1 x o mundo dos homens vazios / Agora é a x dos homens / Medrosos de intimidade / / Antes se tocava no vazio / As pessoas eram bem felizes / E bem vazias / No vácuo faziam piqueniques / Ou protestavam / Levantando as mãos ou as / Vozes / / Agora estamos todos disponíveis / Para teclar / As nossas verdades / Podemos espiar e ser espiados / Mas q ninguém toque em nossa intimidade / / Saímos da cena devagar / E em silêncio como o caracol / Que arrasta a sua casa / Para fora do jardim”. Veja, a seguir, o poema inédito “Julieu e Romito”, que Horácio enviou especialmente à IHU On-Line.

JULIEU E ROMITO

A Teresa Cristina Cerdeira da Silva

Não sabemos o que é o amor:
Se o vivemos, logo o desprezamos
E se não, o desejamos.

Confundem-se os amantes assim
Como os nomes se violentam
Na suposição da troca anímica.

Mas se sabemos que Julieta
Boba era e Capitu dissimulada
E Molly — francamente — oferecida,

Sobre o amor no mesmo sexo
De pares literários, quase nada:
Não se terão amado homens

E mulheres entre si? E tendo-o feito,
Por que negadas nos são tais
Alturas e formas e sentidos?

Ora, minha deriva de leitor
E de amante se dá em visões
Que a crítica ignara ignora:

Peludo seria o derrière de António
Nobre, um segredo levado à tumba
Pelo etéreo Alberto de Oliveira?

E hirsuto o peito de Antero
Que se o tocara outro homem
Talvez não se curvasse sobre si

Depois do — evitável? — suicídio?
E Mário de Andrade morreria
Aos cinquenta e dois anos

Após tanto exílio etílico
No Rio? Falo da diferença
Entre viver e morrer e tentar

No ínterim, talvez, o vôo
Rombóide do amor, volucre
E desejado, e democrático

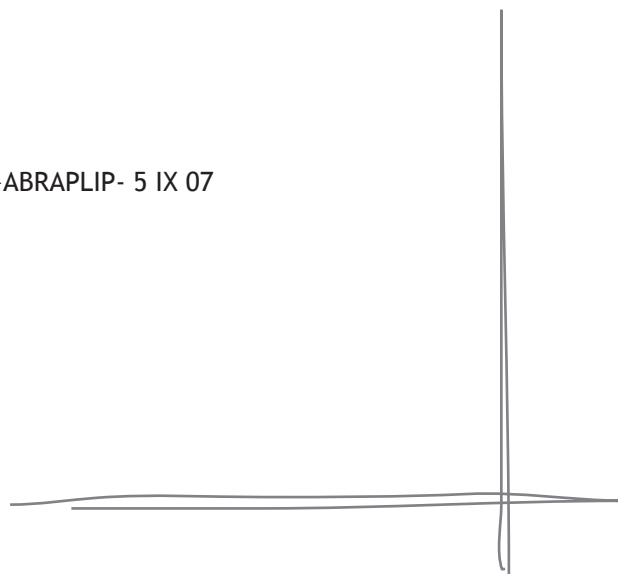
Menos nas lindes das religiões
Monoteístas, de certas tribos
Oceânicas, e do cânone

Literário. Aquiles e Pátroclo
A quem dediquei aquele texto,
Que me venham ao auxílio

E que seja este poema
Mais uma invocação
Do sopro clássico —

Mesmo no amor
Que ninguém sabe
E todo mundo quer.

Escrito na USP -ABRAPLIP- 5 IX 07



Destaques On-Line

Essa editoria veicula notícias e entrevistas que foram destaques nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu) de 01-04-2008 a 05-04-2008.

1964-2008. Ditadura, redemocracia e inflexão.

Entrevista com Flávio Koutzii

Confira nas Notícias do Dia 01-04-2008

44 anos depois do golpe militar, a **IHU On-Line** entrevistou o ex-deputado gaúcho, Flávio Koutzii, vítima das ditaduras brasileira e argentina e que reconta, a partir da sua experiência, a história recente do nosso país.

Mudanças na cultura midiática latino-americana.

Entrevista com Denis de Moraes

Confira nas Notícias do Dia 02-04-2008

As provocantes mudanças na cultura midiática latino-americana e a relação da comunicação e governos são tratadas nesta entrevista com Denis de Moraes.

‘Os arrozeiros representam o enclave da violência’.

Entrevista com Roberto Liebgott

Confira nas Notícias do Dia 03-04-2008

“Há necessidade de uma ação urgente do governo para retirar esses arrozeiros e impedir que novas invasões sejam promovidas ou patrocinadas pelos políticos locais”, comentou Roberto Liebgott, nesta entrevista sobre o conflito entre arrozeiros e índios em Raposa Serra do Sol.

‘Este modelo de desenvolvimento é insustentável’.

Entrevista com Henrique Cortez

Confira nas Notícias do Dia 04-04-2008

O ambientalista Henrique Cortez falou, nesta entrevista, sobre o Programa Neutralização de Carbono Socialmente Responsável, criticou os projetos comerciais de crédito de carbono e a situação do Brasil em relação à emissão desse gás poluente.

Raposa Serra do Sol: ‘A situação no momento é tensa porque o governo é ineficaz’.

Entrevista com Dom Roque Paloschi

Confira nas Notícias do Dia 05-04-2008

A situação atual de Raposa Serra do Sol, a atuação da Igreja, dos órgãos governamentais e do governo federal na ação contra os arrozeiros são os temas tratados pelo Bispo de Roraima nesta entrevista.

Análise da Conjuntura

A Conjuntura da Semana está no ar. Confira no sítio do IHU - www.unisinos.br/ihu

A análise é elaborada, pelos colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT - com sede em Curitiba, PR, em fina sintonia com o IHU

acesse

www.unisinos.br/ihu



IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista



IHU ENT-NO

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

Agenda da Semana

Confira os eventos dessa semana, realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU
(www.unisinos.br/ihu).

Dia 08-04-2008
<i>Cinema e Saúde Coletiva III: mulheres e seus múltiplos desafios</i> Exibição do filme Tomates verdes fritos (Jon Avnet, 1991) Profa. MS Sônia Almeida - Curso de Serviço Social - Unisinos Horário: Das 19h15min às 22h Local: Sala 1G119 - IHU
Dia 10-04-2008
<i>IHU Idéias</i> Subjetividade, trabalho e Economia Solidária Palestrante: Profa. Dra. Marília Veronese - Unisinos Horário: das 17h30min às 19h Local: Sala 1G 119, junto ao Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Dia 14-04-2008
<i>Encontros de Ética</i> Figuras emblemáticas de Modernidade: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos. Palestrante: Profa. Dra. Paula Corrêa Henning- Feevale Horário: das 17h30min às 19h Local: Sala 1G 119 - Instituto Humanitas Unisinos - IHU

VOCÊ JÁ IMAGinou QUE ALGUM DIA FALARÍAMOS EM FUTURO PÓS-HUMANO? Ou, ALGO MAIS SURPREENDENTE, QUE HOMENS E MÁQUINAS PODERIAM SER UM SÓ: HÍBRIDOS?



ESSA DISCUSSÃO ESTARÁ PRESENTE NAS CONFERÊNCIAS E MINI-CURSOS DO SIMPÓSIO INTERNACIONAL UMA SOCIEDADE PÓS-HUMANA? POSSIBILIDADES E LIMITES DAS NANOTECNOLOGIAS. O EVENTO ACONTECERÁ NA UNISINOS ENTRE OS DIAS 26 E 29 DE MAIO DESTE ANO. A PROGRAMAÇÃO COMPLETA DO ENCONTRO JÁ PODE SER CONFERIDA ATRAVÉS DO NOSSO SÍTIO WWW.UNISINOS.BR/IHU.

Luta e empoderamento: a posição das mulheres na sociedade atual

A partir do filme *Tomates verdes fritos*, Sônia Almeida destaca que “a luta das mulheres em busca de igualdade, em todos às áreas, é histórica, logo, permanente”

POR BRUNA QUADROS

“**A** informação, o engajamento, a politização, entre outros processos, parecem-me importantes para o empoderamento das mulheres”, afirma a Profa. MS Sônia Almeida, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, sobre o posicionamento das mulheres na sociedade atual. Embora a figura feminina esteja cada vez mais em ascensão, e, em alguns casos, assuma funções antes tidas como “de homem”, Sônia enfatiza: “é preciso lembrar que a luta das mulheres em busca de igualdade, em todos às áreas, é histórica, logo permanente”. A Profa. MS Sônia Almeida irá discutir esta temática, a partir do filme *Tomates verdes fritos*, de Jon Avnet. A obra será exibida no dia 08 de abril, das 19h15 às 22h, na sala 1G119 do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, e integra o evento Cinema e Saúde Coletiva III: mulheres e seus múltiplos desafios, promovido pelo IHU.

Sônia Almeida é mestre em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), onde cursa o último ano de doutorado, com uma tese sobre as casas-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica no Estado. Atualmente, integra o corpo docente da Unisinos, no curso de Serviço Social.

IHU On-Line - *Tomates verdes fritos* é um filme de transformação: uma mulher deprimida em poucos dias torna-se outra pessoa. Como as mulheres de hoje ultrapassam barreiras e descobrem suas virtudes, na tentativa de mudarem a sua própria realidade?

Sônia Almeida - Embora seja um processo complexo, no qual interferem forças objetivas e subjetivas, é preciso lembrar que a luta das mulheres em busca de igualdade, em todos às áreas, é histórica, logo permanente. Então, a informação, o engajamento, a politização, entre outros processos, parecem-me importantes para o empoderamento das mulheres.

IHU On-Line - A obra trata, essencialmente, de coragem de superar per-

das, de quebrar tabus, de enfrentar preconceitos e, também, de se permitir uma boa amizade. Em meio às relações sociais que se estabelecem, ainda é possível lidar com tais sentimentos, sem que as pessoas se distanciem umas das outras?

Sônia Almeida - Embora vivamos um processo de “desfiliação”, visível em todos os campos da vida social e um dilacerar dos vínculos entre o eu e o outro, acredito que há saídas. A coragem, a audácia, a ousadia, entre outros elementos, podem ser um caminho para criar rupturas do que está sendo imposto. E isto já estamos observando e vivenciando desde o final do século XX e neste jovem século XXI: a emergência de ações coletivas e de trabalhos institucionais, enquanto expressões de um movimento contracorrente;

são forças sociais de resistência, novos movimentos sociais, crítica aos processos sociais de construção da violência social e simbólica. Enfim, apontam-se idéias e práticas criativas e inovadoras. Parece que este contexto de perdas, de tabus, de preconceitos, de violência (seja qual for a modalidade), também apresenta possibilidades de formas cidadãs de mediação de conflitos e de construção de uma nova ordem interpessoal e social.

IHU On-Line - Independente do tipo de relação que cerca duas personagens da trama, a ênfase é dada apenas ao sentimento que as une. Embora o filme não faça uma apologia direta de uma relação homossexual, este aspecto pode ficar subentendido. Por que é tão difícil, na sociedade contemporânea, o



Divulgação

“Parece que este contexto de perdas, de tabus, de preconceitos, de violência, também apresenta possibilidades de formas cidadãs de mediação de conflitos e de construção de uma nova ordem interpessoal e social”

conceito de amizade ser disseminado nas relações afetivas?

Sônia Almeida - Vivemos num mundo onde as transformações são globalizadas, rápidas e as relações tornam-se superficiais, pois as relações de sociabilidade formam-se e se desenvolvem mediante processos simultâneos e contraditórios de integração comunitária e de fragmentação social, de massificação e de individualização. Como refere Hobsbawm, há um “declínio dos valores coletivos e crescimento de uma sociedade extremamente individualista”. Isto tem repercussão em nossos laços sociais e afetivos. Nestes processos fragmentados, o preconceito, a competição, o interesse, vem à tona e tem um significado, que vale a pena refletir. Parece também ser interessante pensar acerca dos vínculos e laços sociais que fazemos durante nossa vida. Creio que na sociedade contemporânea o lugar da reflexão, do diálogo, está cada vez mais reduzido.

IHU On-Line - Aprender a viver, apesar das circunstâncias, e tornar reais as nossas aspirações são algumas das lições do filme. Em que medida estes aspectos contribuem para mostrar às pessoas que moldar o destino cabe a cada um?

Sônia Almeida - Parece-me que se trata de reinventar formas de solidariedade, fundamentadas no respeito, na aceitação das diferenças, no diálogo e na igualdade.

Subjetividade, trabalho e Economia Solidária

Para Marília Veronese, a Economia Solidária, uma alternativa de trabalho e, muitas vezes, fonte de subsistência, “pode ter um papel importante, na medida em que seus agentes procuram agir dentro dos princípios de solidarismo, igualdade e autogestão”

POR BRUNA QUADROS

Unir esforços para enfrentar a falta de oportunidade de emprego e a desigualdade, produzida pela competição e relações de subordinação, características do capitalismo. Esta é a principal bandeira da Economia de Trabalho, prática que surgiu como alternativa de renda e ganha cada vez mais força. De acordo com a Profa. Dra. Marília Veronese, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, a cooperativa é um dos formatos organizacionais da Economia Solidária. “Há, também, empresas recuperadas, grupos informais e associações de variados portes e segmentos de atuação”, destaca ela. Embora a Economia Solidária tenha surgido como “a luz no fim do túnel” para quem já não via mais possibilidades de mudança, o futuro desta prática ainda é incerto. Isso, porque “existem potencialidades de desenvolvimento e existem dificuldades, fatores restritivos”, reforça Marília.

“Subjetividade, Trabalho e Economia Solidária” é o assunto que a Profa. Dra. Marília Veronese irá discutir, no dia 10 de abril, das 17h30 às 19h, na sala IG119 do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. A atividade integra o evento IHU Idéias, promovido pelo IHU. Marília Veronese é doutora em Psicologia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Atualmente, integra o corpo docente da Unisinos, no PPG em Ciências Sociais.

IHU On-Line - Qual é o papel da Economia Solidária em meio a uma sociedade embasada na lógica de mercado capitalista?

Marília Veronese - A Economia Solidária pode ter um papel importante, na medida em que seus agentes procuram agir dentro dos princípios de solidarismo, igualdade e autogestão. Isso, por si só, já gera uma pluralidade de lógicas que escapam, em alguma medida, à lógica capitalista estrita, ao chamado “pensamento único” do neoliberalismo e sua visão utilitarista de mundo e de ser humano.

IHU On-Line - Até que ponto cooperativas que nascem com o objetivo de propagar a Economia Solidária atuam nesse sentido? Quando as corporações crescem e ganham dimensão no mercado, a ideologia permanece?

Marília Veronese - A cooperativa é um dos formatos organizacionais da Economia Solidária. Há, também, empresas recuperadas, grupos informais e associações de variados portes e segmentos de atuação. As organizações formalizadas que crescem e se inserem no mercado enfrentam, em alguma medida, dile-

mas para manter uma identidade cooperativa que envolva a continuidade das práticas autogestionárias. Algumas conseguem, outras não. Mas mesmo grandes empreendimentos, como, por exemplo, a Usina de Açúcar em Catende, Pernambuco (Companhia Agrícola Harmonia, gerida pelos trabalhadores associados em conjunto com administração judicial, já que se trata de massa falida), conseguem levar adiante ações de formação de seus membros — eles diminuíram o analfabetismo de 80 para 20% entre os trabalhadores urbanos e rurais —, práticas autogestionárias, participação ativa etc. O conceito de Economia Solidária abrange, portanto, variadas formas de organização associativa e um sem-número de grupos comunitários informais, além de programas direcionados ao setor, como o crédito rotativo, os bancos populares e as tecnologias sociais de incubação de empreendimentos.

IHU On-Line - Em que medida esta alternativa de renda constrói uma nova realidade social?

Marília Veronese - Na medida em que trabalhadores e trabalhadoras ampliam sua cidadania e sua vivência em comunidade, já que o trabalho solidário tem o potencial de desenvolver uma racionalidade comunitária no âmbito laboral e o envolvimento com questões da comunidade. As iniciativas assumem, em dose variável, um caráter coletivo na gestão, na posse dos meios de produção e no processo de trabalho, minimizando a presença de relações assalariadas e provocando envolvimento com problemas sociais e com questões da cidadania. As experiências variam, porque variam seus protagonistas, suas atividades e seus resultados. Mas representam a possibilidade de uma “outra economia” e um outro mundo possível.

IHU On-Line - Quais são as mudanças mais visíveis na sociedade, a partir do trabalho desenvolvido através da Economia Solidária?

Marília Veronese - A expansão da Economia Solidária, sua articulação com movimentos sociais, com redes de gestores públicos, com a SENAES,¹ já

“O conceito de Economia Solidária abrange, portanto, variadas formas de organização associativa e um sem-número de grupos comunitários informais, além de programas direcionados ao setor, como o crédito rotativo, os bancos populares e as tecnologias sociais de incubação de empreendimentos”

consiste um interessante movimento no sentido de pluralizar o debate sobre direito ao trabalho, sobre problemas sociais variados, especialmente a pobreza, e alternativas para minimizá-los. Tem, além disso, um potencial para minorar as desigualdades sociais (econômicas, étnicas, de gênero etc.), já que a autogestão é empoderadora, transforma a relação do sujeito com seus pares e consigo próprio. Aumenta a pluralidade social, ao articular os atores em Fóruns locais, regionais e no Fórum Brasileiro e ao motivar a constituição de diversas entidades associativas, todas procurando desenvolver e defender o ato associativo, o direito a buscar uma vida melhor para todos.

1 A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada em junho de 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line - Além de auxiliar na situação financeira, na tentativa de minimizar os problemas sociais, quais os outros benefícios da Economia Solidária para quem aposta na sua prática?

Marília Veronese - Justamente a experiência da gestão coletiva, do empoderamento que ela pode gerar, da vivência comunitária e eventualmente de cursos de formação pelas entidades de apoio e fomento (a exemplo das incubadoras, na Unisinos o projeto Tecnologias Sociais).

IHU On-Line - Embora a Economia Solidária seja uma fonte de subsídios, em meio aos altos índices de desemprego que assolam o país, ainda há quem viva em condições vulneráveis. O que falta para que as pessoas percebam que é possível mudar o seu contexto social, a partir do seu próprio trabalho?

Marília Veronese - Faltam oportunidades de formação integral, fontes de financiamento, apoio do Estado, reais possibilidades de adquirir matéria-prima e de comercializar os produtos. Além disso, falta a sociedade praticar o consumo consciente, optando por produtos oriundos de empreendimentos solidários, de produtores locais, se possível (e agora já é possível, olhe-se o exemplo da cadeia Justa Trama, do algodão orgânico) de cadeias produtivas solidárias.

IHU On-Line - Esta cooperação popular tende a continuar crescendo ou pode perder espaço para outros grupos de cooperativismo, como os de grandes empresas? Quais são os rumos da Economia Solidária no Brasil?

Marília Veronese - Não podemos prever com exatidão os rumos dos complexos processos sociais. Existem potencialidades de desenvolvimento e existem dificuldades, fatores restritivos. O movimento vem crescendo, e a última plenária nacional, realizada recentemente em Brasília mostra que são muitos trabalhadores lutando por uma vida digna e uma sociedade mais justa, plural e equânime.

Igualdade e liberdade nos discursos educacionais contemporâneos

Paula Corrêa Henning aponta os desafios dos profissionais da educação, traça um panorama entre educação, liberdade e igualdade, além de destacar possibilidades de intervenção do campo educacional

POR BRUNA QUADROS

Um trabalho docente que lute por uma formação que instigue o pensamento, pense sobre coisas ainda não pensadas, não problematizadas, coisas que, de tão hegemônicas na sociedade em que vivemos, não ousamos cotejá-las; uma política do pensar, uma nova ética através da luta política que se efetiva, quando tentamos diminuir os efeitos de dominação de uns sobre os outros. Estas são algumas das possibilidades que a Profa. Dra. Paula Corrêa Henning aponta, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, como formas de intervenção do campo educacional “para uma formação mais modesta, sem a pretensão de que, através da escola, seja possível emancipar o indivíduo”. Para ela, a escola, sem dúvida, é um espaço que pode ser de criação, problematização de questões e de formação do indivíduo. “Entretanto, assumir que ali é o *locus* privilegiado para essa formação é um discurso moderno que põe sobre a escola a responsabilidade da formação integral e do alcance para a razão esclarecida”, enfatiza.

No dia 14 de abril, a Profa. Dra. Paula Corrêa Henning estará na Unisinos para proferir a palestra Figuras emblemáticas de Modernidade: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos. A atividade, que integra o evento Encontros de Ética, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU, será realizada das 17h30min às 19h, na sala 1G119 do IHU. Paula Corrêa Henning é doutora em Educação, pela Unisinos, e mestre em Educação, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Atualmente, é professora e Pesquisadora do Centro Universitário Feevale, de Novo Hamburgo.

IHU On-Line - Qual é a sua visão sobre a didática utilizada na educação, tanto no âmbito público quanto privado, desde as séries iniciais? Que perspectivas podemos adotar, diante dos atuais padrões de ensino?

Paula Corrêa Henning - A educação hoje e, por decorrência, a sua didática, são marcas dos traçados de uma episteme que ainda não saímos: a episteme moderna. Esse conjunto de regras e normas que faz com que coloquemos alguns ditos na ordem do verdadeiro. Uma ordem

intrínseca que nos faz pensar, ser e agir de uma determinada forma, ordenando os saberes a partir da condição de possibilidade dada por nossa episteme. Assim, é ela quem ordena e valida os discursos criando o campo das possibilidades e impossibilidades de nossas vontades de saber. Com isso, é possível afirmarmos que a ordenação dos discursos da didática hoje ainda são traços de um autor clássico do século XVII: Jan Amos Komenský, conhecido por nós como Comenius. Sua *Didática Magna*, escrita em 1632, apre-

senta-se como uma importante caixa de ferramentas para pensarmos nos dispositivos escolares e na Pedagogia. Seus ensinamentos estão cada vez mais presentes nos espaços-tempos educacionais, compondo as formas de ser professor na atualidade. Em seus escritos, nos traz fortemente a importância e a necessidade da ordenação e do método para que seja possível a educabilidade do homem. Pensemos na educação de hoje: quantas teorizações desse campo de saber não pautam suas produções

por métodos ordenados e sistematizados para que consigamos chegar ao “verdadeiro” conhecimento e ensinamento aos alunos? Esse parece ser um dos ditos recorrentes na educação, validando esses discursos e constituindo-os nas práticas escolares. Penso que elencar perspectivas a serem adotadas na educação é muito perigoso. O que busco tratar em minhas aulas, como professora que forma futuros educadores, não são métodos a serem seguidos ou perspectivas a serem adotadas, mas estratégias que nos possibilitem encontros com o pensamento, dar condições para a irrupção do pensar. Acredito no desafio de compor a educação cotidianamente com práticas desviantes. Práticas com possibilidades de intervenção, possibilidades que coloquem os escolares e nós, como profissionais da educação, a pensar o pensamento e, quem sabe, resistir e criar outras estratégias de pensar a educação. Em outras palavras: dar o que pensar através de problematizações possíveis sobre a escola e a educação hoje.

IHU On-Line - De que maneira os conceitos de igualdade e liberdade fazem parte do contexto da educação, na sociedade atual?

Paula Corrêa Henning - Entendo a igualdade e a liberdade como figuras de Modernidade que aparecem repetidas vezes no campo da educação. Elas compõem uma ordem discursiva que faz esses temas serem tratados como questão indispensável em nossos dias. Contemporaneamente, a discussão da igualdade, enquanto valor ideal da modernidade, é pautada pela garantia de direitos e encarnada na proliferação constante dos discursos da inclusão escolar. Assim, temos uma série discursiva que conecta três elementos: a igualdade como figura hegemônica de modernidade, o discurso da garantia de direitos na sociedade contemporânea e os discursos da inclusão no campo educacional. Muitas vezes, a busca pela igualdade fortifica a tentativa de aplainamento, na tentativa de equiparar a todos, em nome dos direitos humanos universais, em nome da inclusão compulsória e, acima de tudo, em nome da igualdade natural. No que se refere à liberdade, seus discursos também vem constituindo e produzindo fortes efeitos de sentido em nossas vidas. *A educação liberta* é uma consigna

tão indiscutível quanto enraizada no solo da episteme moderna. Porque conhecer, nessa perspectiva, é sinônimo de tomar consciência e libertar-se, é tomar consciência de si próprio como sujeito da razão. Quero dizer que essas figuras modernas, presentes fortemente na Revolução Francesa, participam ainda hoje dos ideais utópicos que produzem a educação na atualidade. Enquanto o discurso astuto da igualdade justifica a necessidade de uma vida em que caibam todos, o discurso falacioso da liberdade promete aos sujeitos a redenção pela autonomia e emancipação do pensamento e da vontade.

**“A liberdade que hoje
podemos visualizar
funciona muito menos
como uma liberdade
redentora e
emancipadora e muito
mais como uma
liberdade que,
paradoxalmente,
possibilita práticas de
resistência e também
regula nossas ações”**

IHU On-Line - Não há uma contradição entre se igualar e, ao mesmo tempo, ter liberdade para criar e pôr em prática novas propostas? Como a senhora explica esta situação?

Paula Corrêa Henning - A liberdade professada pelos ideários modernos da Revolução Francesa é falaciosa. Não se liberta alguém senão por um processo de sujeição pelo trabalho disciplinar e normalizador. A liberdade que hoje podemos visualizar funciona muito menos como uma liberdade redentora e emancipadora e muito mais como uma liberdade que, paradoxalmente, possibilita práticas de resistência e também regula

nossas ações. Trata-se, antes de tudo, como bem diz Silva (1999), de uma *liberdade regulada*. E é nesse sentido que a promessa de uma liberdade irrestrita é tida como falaciosa por Nietzsche (2005): como ser livre quando existem certas ações, práticas e morais a serem seguidas para que, a partir disso, possamos ser *homens livres*? Nesse sentido, as práticas de novas propostas, por mais liberdade que acreditemos ter, também são práticas reguladas, práticas que, pela episteme que vivemos, são possíveis pensar e produzir. Como Foucault, em seu clássico livro *As palavras e as coisas*, nos anuncia com a inquietude frente a taxonomia dos animais proposto pelo texto de Borges, há impossibilidades em nosso pensar e elas existem justamente pelo solo positivo da episteme que nos movimentamos, visibilizando alguns discursos e invisibilizando outros.

IHU On-Line - No dias de hoje, qual é o maior desafio para os profissionais da educação, principalmente, quando se trata em ensinar conceitos de igualdade e liberdade?

Paula Corrêa Henning - Com uma proposta de formar para a igualdade entre os homens e para a conquista da liberdade pela razão esclarecida, a educação crê formar para o bem. Não há nada de errado nisso. A escola moderna foi organizada para atender a esse projeto. Entretanto, se entendemos o regime de produção desse discurso, e a instalação da igualdade e da liberdade na ordem do verdadeiro, por força de uma política discursiva específica, já não se pode concordar tranquilamente com a inevitabilidade e a hegemonia indiscutível de tal ordem. O *bem* também precisa ser discutido. A aceitação tácita de que a igualdade e a liberdade são as verdades naturais do humano faz com que a moral seja jogada num plano transcendente que, por consequência, a torna indiscutível. Penso que o maior desafio para os profissionais da educação, na atualidade, seja criar espaços de resistência e criação, diante de discursos hegemônicos que estabelecem uma única forma de ser e estar no mundo. O que percebo é que os discursos modernos, por excelência, conseguem, de modo muito particular, produzir efeitos de sentido concretos nas práticas cotidianas da educação, se-

jam eles através de métodos e técnicas do como ensinar, sejam através do emblema da formação crítica e esclarecida das consciências. Com isso, acredito que um grande desafio é assumir essa tensão de problematizar discursos que estão, a pelo menos três séculos, na ordem do verdadeiro. Assumir essa tensão com tudo que ela tem de difícil, complexo, trabalhoso e ao mesmo tempo potente. Nisso, acredito que residam as práticas de liberdade tratadas por Foucault. Rachando com muitos dos ideais modernos que nos constituem, porém, sem a ilusão de imunidade ante esse forte ideário.

IHU On-Line - A escola ainda é o melhor lugar para a formação do indivíduo, não somente em nível intelectual, mas, também, social. Neste sentido, o que falta para que haja medidas que estimulem o complemento à educação, dentro e fora da escola?

Paula Corrêa Henning - O discurso de que a escola salva ou emancipa ainda é um discurso dos dias atuais. Não acredito nisso. A escola, sem dúvida, é um espaço que pode ser de criação, problematização de questões e de formação do indivíduo. Entretanto, assumir que ali é o *locus* privilegiado para essa formação é um discurso moderno que põe sobre a escola a responsabilidade da formação integral e do alcance para a razão esclarecida. Penso que para essa formação muitas instituições e ações são necessárias. Aqui, quero anunciar possibilidades de intervenção do campo educacional para uma formação mais modesta, sem a pretensão de que, através da escola, seja possível emancipar o indivíduo: um trabalho docente que lute por uma formação que instigue o pensamento, pense sobre coisas ainda não pensadas, não problematizadas, coisas que, de tão hegemônicas na sociedade em que vivemos, não ousamos coteja-las; uma política do pensar, uma nova ética através da luta política que se efetiva, quando tentamos diminuir os efeitos de dominação de uns sobre os outros; equilibrar-se em cordas bamba, fazer de nossa ação docente uma obra de arte e resistir a efeitos de dominação e sujeição a uma moral instituída; jogos cada vez mais abertos, atraentes e fascinantes, tanto quanto difíceis, trabalhosos e complexos.

Perfil Popular

A cada edição, a história de um membro da comunidade.

Rosalina Garcia

POR PATRICIA FACHIN

O sorriso fácil esconde histórias de um passado que Rosalina Garcia prefere deixar adormecido. Depois de viver uma infância difícil, uma adolescência confusa e cuidar de cinco filhos, aos 57 anos, ela se divide entre uma atividade e outra para ajudar na rentabilidade da família. As placas na frente de casa, ainda inacabada, indicam a vontade de realizar um sonho: “Quero montar meu próprio negocinho e ganhar mais um trocado. Estou me virando. Um dia, vendo papelão, no outro faço faxina, cuido de crianças, vendo sacolé, sorvete, lingerie”. As atividades diárias não seguem uma rotina fixa, mas nem por isso a jovem senhora perde a vontade de trabalhar.

Do interior de Sobradinho, onde nasceu e viveu até os 32 anos, ela trouxe o sentimento de liberdade, a vontade de trabalhar na lavoura e o apego pelos animais de estimação. Cordial e objetiva na conversa, a moradora do bairro Progresso, de São Leopoldo, recebeu a **IHU On-Line** na sua casa, onde contou-nos um pouco da sua história.

“Pedra que tanto rola, não cria limo.” O ditado popular proferido por Rosalina Garcia parece resumir partes de sua própria história. Sem saber ao certo a identidade do seu pai, ela conta ter morado com várias pessoas, até casar e construir sua família. “Me criei trabalhando um pouco na roça e fazendo faxina. Minha vida foi muito sofrida, tanto que nem estudo eu não tenho. Eu só fiz a primeira série, e a pau e corda. Estudei até aprender a escrever meu nome”, recorda. Entre uma história e outra, a identidade do pai levou anos para ser revelada. “Minha mãe disse que se perdeu com um homem casado, quando tinha 21 anos. Ela sempre mentiu pra mim. Dizia que eu era filha de um cara lá de Lagoa Soledade. Só mais tarde, uma tia me contou a verdade, e descobri que meu pai era um fazendeiro que pensei ser meu padrinho. Mas aí já era tarde. Quase não convivi com ele.”

Criada pelos avós maternos, Rosalina morou com eles até completar 12 anos, quando ambos faleceram com uma diferença de seis dias. “Com a morte deles, eu fiquei numa amargura só”. Sem destino, ela teve que se mudar para a casa da mãe, onde ficou por alguns meses. “Eu não pude viver com minha mãe, porque o marido dela era muito miserável. Eu era uma escrava dele.” Depois de horas incansáveis na lavoura, ela conta que chegava em casa e era repreendida pelo padrasto. “Eu pedia: — ‘Mãe me dá um prato de pão?’. E ele me metia a boca. Parece que eu ainda vejo a voz dele no meu ouvido, dizendo: — ‘Tu tem que trabalhar para sustentar teus irmãos’. Rancorosa, eu virava as costas e saía. Ia para a casa de um casal e dizia: — ‘Madrinha, eu tô com fome. Deixa eu fazer alguma coisa aqui pra ganhar um prato de comida?’”.



FOTOS PATRICIA FACHIN



fazer 18 anos que estamos juntos.” Logo no início do relacionamento, ela e o marido pagaram

Dos 12 aos 17 anos, sem criar vínculos afetivos, ela morou de favor na casa de amigos, parentes e conhecidos. “Assim foi a minha vida, até que eu me juntei com o primeiro homem que apareceu. Vivi com ele dos 18 aos 31 anos.” Do primeiro relacionamento, que durou quase 16 anos, ela não guarda boas lembranças. “Meu ex-marido bebia, aloprava, não queria trabalhar. Deixava os filhos passar fome. Ele ficava em casa dormindo e mandava as gurias sair na rua pedir dinheiro. Eu achava isso um desaforo, porque ele tinha saúde, era um homem gordo. Cansei, até que um dia, larguei ele.” Mãe de cinco filhos, quatro moças e um rapaz, todos do primeiro relacionamento, ela conta que eles passaram bastante dificuldades. “Meus filhos se criaram trabalhando para poder sobreviver. Mas hoje estão todos casados, me deram 11 netos. Não tenho o que reclamar, graças ao meu bom Deus.”

Nova fase

Com 32 anos, Rosalina mudou-se para o município de Portão, depois foi para Estância Velha, Porto Alegre, até decidir fixar residência em São Leopoldo. Na cidade, ela já morou no Bairro Paim, na Vila Elza e há dois anos reside no bairro Progresso. Depois de oito anos solteira, encontrou Jorge Luis Matos da Silva, atual companheiro. “Nós trabalhávamos na mesma firma. Ele de guarda e eu de faxineira. Se conhecemos e já vai

aluguel, até comprarem a primeira casa. “Nós vendemos bicicleta, televisão, som, para aumentar a primeira casa, na divisa de Novo Hamburgo e São Leopoldo. Mais tarde, trocamos aquela por outra, na vila Brás. Com a mesma pessoa, trocamos a segunda casa, por essa.” Sobre o relacionamento, ela se demonstra satisfeita: “Graças a Deus a gente se interessa os dois parinho. Ele trabalha, eu me viro. A gente poupa. Se vai comer o que os olhos vêem e a boca quer, não sobra.”

Na porta da casa, placas dizendo “vendo sacolé e sorvete” e uma carrocinha de papelão revelam duas das atividades que ajudam a garantir o sustento da família. “Eu queria trabalhar direto ali na reciclagem da cooperativa Progresso, mas nunca tem dinheiro. Quando eles têm dinheiro para pagar os catadores, não tem balança. Então, eu não vou deixar de cortar a grama, varrer o pátio, pra sair por aí catando papelão e não receber; não tô certa?”. Sem um emprego de carteira assinada, ela diz que se ocupa com o que aparece. Assim, passa os dias fazendo “biscates” e cuidando dos animais de estimação. “Tenho dois cabritos, cinco cachorros, um casal de gatos e umas 20 galinhas.” As mãos calejadas demonstram o cotidiano de uma mulher que não consegue ficar sem atividades. “Eu odeio ficar em casa. Durante a semana, gosto de plantar, cortar grama, varrer o terreno. Duas vezes por dia, eu pego a bicicleta e me vou por aí afora



buscar pasto para tratar meus dois cabritos. Eu me divirto um monte. Se eu tivesse uma lavoura, ia plantar.” Todas as dificuldades e a falta de uma família sólida na infância explicam o apego que Rosalina tem pelos filhos. “Eu amo meus filhos, noras, genros e netos. Visito eles nos finais de semana e não saio de perto deles por nada.” Quando as dificuldades aparecem, ela diz que “roga a Deus” e pede para a situação melhorar. “Sabe aquele ditado que diz: Só lembra de Deus quando tropeja? Agora mesmo fazia mais de mês que eu não ia na Igreja. Estou fazendo uma campanha de três dias para ver se o ordenado do meu marido aumenta”. Batizada na Igreja Católica, ela comenta que hoje frequenta qualquer religião. “Quando não dá pra ir numa igreja eu vou na outra. Deus é o mesmo, não é verdade? A gente tem que buscar Deus. Se com Ele a gente já passa apertado, imagina sem.”

IHU Repórter

Alexandre Rocha da Silva

POR GRAZIELA WOLFART

Ele tem apenas 36 anos, mas carrega um vasto currículo e experiências de vida. Alexandre Rocha da Silva, professor no PPG em Comunicação da Unisinos, conta sua história de vida na edição desta semana, trazendo sua visão sobre a política, arte, comunicação, e especificamente sobre a semiótica, sua principal área de estudos. Conheça a trajetória deste professor e jornalista, que acredita na força dos movimentos sociais.



GRAZIELA WOLFART

Origens - Nasci em Capão da Canoa, por “acidente”. Meus pais foram passar o Natal na praia de Atlântida e eu os surpreendi nascendo de oito meses, no dia 26 de dezembro. Morei com a família até meus 18 anos, em Porto Alegre. Tenho uma irmã mais nova, minha mãe é professora de literatura e meu pai, engenheiro civil.

Formação - Minha formação foi predominantemente pública, exceto os quatro anos iniciais do ensino fundamental, quando estudei em uma escola particular. A partir da 5ª série, fui para o Colégio Militar. Na escola católica, aprendi a cultura cristã e me interessei pelas ações da Igreja junto aos movimentos sociais (era uma época em que a Teologia da Libertação ainda exercia forte influência). No Colégio Militar, fiquei mais disciplinado do que gostaria. Em contrapartida, aprendi muita matemática e muita física, o que foi, para mim, fundamental para os estudos de semiótica mais tarde no Mestrado. Hoje, avaliando tais experiências, sinto

falta desse comprometimento que havia por parte da Igreja com os movimentos sociais e com o país, e considero um erro conjugar disciplina militar e educação. Em 1990, ingressei na UFRGS para estudar Comunicação Social e me formei em Jornalismo em 1995. Foi lá que, no segundo semestre, comecei a estudar semiologia. A descoberta da semiologia levou-me ao mestrado em Semiótica, aqui na Unisinos e, depois, ao doutorado em Comunicação Social, também na Unisinos. Fiz ainda um doutorado-sanduiche em semiótica na França e um pós-doutorado, também em Paris, em Audiovisual, que constitui atualmente meu objeto de pesquisa na Linha Mídias e Processos Audiovisuais. Estou investigando as teorias (ou projetos latentes de teorias) dos cineastas brasileiros sobre o audiovisual.

Mestres - Tive excelentes mestres neste período. Não poderia citá-los todos. Mas há uma em especial, que me acompanhou desde a graduação, que me apresentou à semiótica e que

foi também minha orientadora de mestrado e de doutorado: a professora Ione Bentz. Se só pudesse citar um nome seria o dela. Mas também houve outros: na Ufrgs, Christa Berger; na pós-graduação, Elizabeth Bastos Duarte, Norval Baitello Jr, Lúcia Santaella; na França, François Jost, que me acolheu e orientou e, lá também, alguns intelectuais a quem admiro e de cujos seminários pude participar: Jacques Derrida, Alain Badiou, Jacques Fontanille e Antônio Negri.

Militância - Ainda na Ufrgs, também fiz política, partidária (era simpatizante do PT) e estudantil. Fui coordenador geral da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (ENECOS). Nesse período, os estudantes contribuíram com a formação do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação. Mas o que mais me interessa, desde aquela época, são as capacidades de invenção dos movimentos sociais, e não suas formas institucionalizadas.